

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LAURA FERNANDA KINDERMANN

**UMA VISÃO DA TEORIA E PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
APONTANDO NOVOS RUMOS PARA O PROCESSO DE
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 12/04/06

FLORIANÓPOLIS, SC
2005.2

LAURA FERNANDA KINDERMANN

**UMA VISÃO DA TEORIA E PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
APONTANDO NOVOS RUMOS PARA O PROCESSO DE
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina.

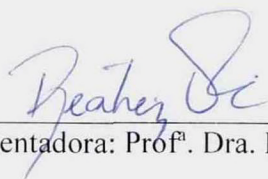
Orientadora: Prof^ª. Dra. Beatriz Augusto
Paiva

FLORIANÓPOLIS, SC
2005.2

LAURA FERNANDA KINDERMANN

**UMA VISÃO DA TEORIA E DA PRÁTICA DA ASSISTENCIA
SOCIAL: APONTANDO NOVOS RUMOS PARA O PROCESSO DE
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

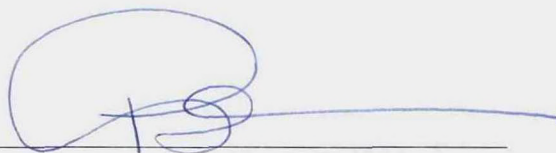
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.



Orientadora: Prof^a. Dra. Beatriz Augusto Paiva



1^a Examinadora:
Prof^a. Dra. Ana Maria Baima Cartaxo



2^a Examinadora:
Assistente Social Roseana Silva

Florianópolis, SC
2005.2

Dedico este trabalho aos meus pais Cida e Tadeu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter colocado pessoas tão iluminadas no meu caminho, pois através delas pude ter um grande crescimento pessoal.

Aos meus pais Cida e Tadeu, por acreditarem que sou capaz de realizar tudo o que almejo e também por permitirem que eu trilhe novos caminhos. AMO VOCÊS!

À Professora Doutora Beatriz Augusto Paiva, minha orientadora que me proporcionou um grande aprendizado durante todo o curso.

À Assistente Social Fernanda Vieira, minha supervisora de campo e grande amiga, por me proporcionar uma experiência de estágio tão valorosa e uma amizade tão significativa.

À Assistente Social Roseana Silva, que me fez crescer enquanto ser humano e também profissionalmente fazendo-me refletir sobre a vida e principalmente sobre a profissão “nem tudo são flores”.

As Assistentes Sociais do Projeto Sócio-Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Roselene, Cristiane, Adalzira, Veranete e Solange.

Aos meus irmãos Marcelo e Jean pelo incentivo com palavras sempre otimistas e carinhosas quando a minha vontade era de desistir e sumir...

Ao meu namorado Marcel por toda paciência neste período de estresse e pela cobrança tão necessária.

Aos meus grandes amigos Léo Vitor, Brunis, Ingrid, Daira e Suely. Obrigada pela amizade e pelas boas energias.

As grandes amigas que conquistei e que me conquistaram nesses quatro anos de curso: Simone Froza, Ludi Jakimiu, Elenice Mendes, Daiana Voges, Susana Martins, Vivi Potier, Carin Becker e Rose Lima sem vocês o curso não seria a mesma coisa!

Por fim, a todos que me auxiliaram direta ou indiretamente, muito obrigada de coração!

È melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. È melhor tentar ainda em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar que em dias tristes em casa esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver.

(Martin Luther King)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste na apresentação da experiência de estágio realizada no Projeto Sócio - Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que teve início em 2005 e ainda está em andamento. O estudo consiste na apresentação de um sucinto levantamento sobre o perfil do profissional de Serviço Social realizado no ano de 2005. O trabalho em questão está distribuído em três capítulos. O primeiro capítulo aborda um breve resgate histórico do Serviço Social e a sua trajetória no Brasil, bem como traz a tona o assunto da ética, como desafio no cotidiano da profissão, nessa perspectiva, abordaremos com mais ênfase os princípios éticos da profissão, como meios norteadores de conduzir o agir profissional. No segundo capítulo nos reportamos à questão da unidade teoria e prática do Serviço Social, na busca de uma explicação para a falsa dicotomia existente entre as duas. Ainda neste capítulo procuramos complementar com a assistência social desde sua Constituição em 1988, passando por sua regulação com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as novas perspectivas frente ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Finalizamos no terceiro capítulo com a apresentação do levantamento e suas devidas análises do perfil profissional bem como do processo de trabalho do assistente social do Projeto Sócio - Emergencial.

Palavras chaves: Assistência Social, Teoria e Prática, Processo de Trabalho, Projeto Sócio - Emergencial.

LISTA DE SIGLAS

AFLOV	-	Associação Florianópolis de Voluntários
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
BNH	-	Banco Nacional de Habitação
CRAS	-	Centros de Referência de Assistência Social
DST	-	Doença Sexualmente Transmissível
EUA	-	Estados Unidos da América
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IPEIA	-	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
JK	-	Juscelino Kubischek
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
PPA	-	Plano Pluri Anual
SENAI	-	Serviço Social de Aprendizagem
SESI	-	Serviço Social da Indústria
SIDA	-	Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida
SMCAIFDS	-	Projeto Sócio-Emergencial da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SNI	-	Serviço Nacional de Informação
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ano de Conclusão da Graduação em Serviço Social	43
Gráfico 2 - Atual Formação.....	43
Gráfico 3 - Autonomia profissional	51
Gráfico 4 - Exercício da Autonomia.....	52
Gráfico 5 - Profissional ético	54
Gráfico 6 - Princípios Éticos.....	55
Gráfico 7 - Planejamento e Execução das Políticas Públicas	56
Gráfico 8 - Facilidade em executar as Políticas Públicas	57
Gráfico 9 - Exclusão ou privilégio relacionado aos usuários	58
Gráfico 10 - Vínculo Empregatício	59
Gráfico 11 - Renda de Assistente Social	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS ÉTICOS DA PROFISSÃO	14
1.1 BREVE RESGATE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL	14
1.2 A ÉTICA COMO DESAFIO NO COTIDIANO DA PROFISSÃO	21
2 A QUESTÃO DA UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA: UM DESAFIO NO COTIDIANO DA PROFISSÃO	29
2.1 UNIDADE TEORIA E PRÁTICA: UM OBSTÁCULO A SER TRANSPASSADO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	29
2.2 DA LOAS AO SUAS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
3 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES	40
3.1 O PROCESSO DE TRABALHO NA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: PROJETO SÓCIO - EMERGENCIAL EM FOCO.....	40
3.2 AS LIMITAÇÕES DA PRÁTICA EM RELAÇÃO À TEORIA.....	44
3.2.1 Primeiro damismo: um empaque histórico para o agir profissional	46
3.2.2 Autonomia profissional.....	50
3.2.3 Exercício da autonomia profissional.....	52
3.2.4 Profissional ético.....	53
3.2.5 Princípios éticos.....	55
3.2.6 Planejamento e execução das políticas públicas.....	56
3.2.7 Facilidade em executar as políticas públicas	56
3.2.8 Exclusão ou privilégio relacionado aos usuários.....	57
3.2.9 Vínculo empregatício.....	59
3.2.10 Renda	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE.....	69
ANEXOS.....	73

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, desde o seu surgimento no Brasil, passa por transformações ocorridas pelo próprio sistema capitalista, neste início de século XXI sob o domínio do capital financeiro. Tendo em vista que a profissão teve seu início através de ações assistenciais da Igreja, que tentava amenizar as situações de disparidades ocorridas na sociedade, bem como a má distribuição da renda, o que nos remete ao contexto da luta de classes. As transformações ocorridas obrigaram a profissão a responder de forma qualificada à realidade vivenciada por toda a sociedade, tendo em vista as relações existentes entre Estado e Sociedade Civil, e especialmente no âmbito das relações entre capital e trabalho.

É possível constatar que ao longo dos anos o Serviço Social sofreu transformações consideráveis. Observando desde o seu surgimento, como caráter extremamente compensatório e caritativo como era sua marca genética e, hoje, ao falar em reconhecimento de direitos sociais, espera-se uma ultrapassagem desta tradição, pois nem toda visão caritativa e compensatória foi excluída da sociedade.

Diante deste processo de modificação e de qualificação do Serviço Social como profissão é que se apresenta este trabalho, no intuito de revelar um perfil do assistente social que atua diretamente com situações emergenciais, ainda que sucinto, mas que auxilia a desvelar algumas contradições presentes no exercício profissional.

A construção deste perfil tem o objetivo, assim, conhecer o profissional que atua nos chamados Plantões Sociais, identificando suas principais limitações. Desta maneira, são levantadas questões referentes aos espaços sócio-institucionais, ao seu nível de capacitação profissional e ao reconhecimento dos princípios éticos que norteiam a profissão. Tal enfoque tem como eixo de análise a indissociabilidade entre prática e teoria.

Para tanto, o estudo conta com um momento empírico materializado por meio de uma pesquisa exploratória¹, seguida da análise dos resultados coletados, ocasião em que lançamos algumas categorias que permitirão desenvolver um processo de discussão.

Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso se volta para categoria profissional, partindo da construção do perfil profissional do Assistente Social que atua no

¹ Vide Apêndice A - Questionário do Perfil Profissional do Assistente Social do Projeto Sócio-Emergencial da SMCAIFDS da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Projeto Sócio - Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis², onde desenvolvem seu processo de trabalho.

Para a realização de tal investigação, primeiramente utilizamos uma amostragem de sessenta assistentes sociais de toda a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, porém obtivemos resposta de somente doze assistentes sociais, tendo como base apenas 20%. Diante de tal dificuldade resolvemos então modificar o universo a ser pesquisado, utilizamos desta maneira, o universo de nove assistentes sociais (especificamente daquelas que atuam em Plantão Social e no Planejamento das Políticas Públicas Municipais) destas, sete retornaram o questionário obtendo um universo, agora considerável de 77,7%. Segundo Gil (2002) obedece-se uma margem de erro de 6%.

Para a coleta de dados, adotamos um questionário com questões semi-abertas, considerando ser este o instrumento mais adequado à proposta desta pesquisa. E para a abordagem dos dados apresentados, adotamos categorias de análises que nortearão a discussão. Para esta abordagem utilizamos autores como Marilda Iamamoto, Aldaíza Sposati, José Paulo Netto, Vera Lúcia Barroco, Beatriz Augusto Paiva, Maria Lúcia Martinelli, Carmelita Yazbek, entre outros.

A relevância desta abordagem está diretamente relacionada à experiência de estágio obrigatório na Prefeitura de Florianópolis e também do estágio não obrigatório realizado na Prefeitura de São José entre 2003 e 2004, ambos em Plantões Sociais. Tal intervenção possibilitou com que me aproximasse da realidade vivenciada por estes profissionais, sobretudo no acompanhamento da precariedade ocorrida no exercício profissional, diante de um quadro questionável, sobretudo quando falamos em subalternidade, exclusão, senso comum, fatores que afetam a vida dos usuários e “normatizam” a realidade dos profissionais.

O presente estudo permitirá, assim, fazer um retrato do profissional que atua em Plantão Social, contribuindo para o autoconhecimento, sinalizando possibilidades para construir melhorar o processo de trabalho.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, é realizado um breve resgate histórico da profissão, desde o seu surgimento no Brasil, buscando concomitantemente a este uma perspectiva ética da profissão através da apresentação dos onze Princípios éticos da profissão. No segundo, traz à tona a problematização da relação entre teoria e prática no processo de trabalho do assistente social visando o questionamento sobre o papel da teoria correlacionado a prática, considerando a crítica necessária ao falso

² Vide Anexo A.

processo dicotômico existente entre as mesmas. No terceiro capítulo, são apresentados dados empíricos, que delineiam o perfil do Assistente Social que atua em Plantão Social, especificamente o da Prefeitura Municipal de Florianópolis, desenhando suas principais características e os determinantes que perpassam pelo agir profissional.

Cabe ressaltar, que o trabalho aqui apresentado está aberto a outras possibilidades de análise e de reflexão em estudos e pesquisas posteriores. Tal esboço pretende apenas levantar elementos que possam servir de incremento à categoria e que possa servir de suporte para posterior questionamento.

1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS DESAFIOS ÉTICOS DA PROFISSÃO

1.1 BREVE RESGATE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Entender o significado de ser assistente social, na atual sociedade, requer um breve retorno ao tempo, para que possamos entender a profissão, pois a partir disto teremos elementos importantes para compreender o presente.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, está marcado pelo crescente desenvolvimento industrial associado ao processo de migração das zonas rurais para os centros urbanos do Brasil. Conjuntamente a este fato há uma forte ligação do movimento da Igreja Católica, que desenvolvia ações de cunho caritativo, com o objetivo de prestar auxílio aos setores operários e à população mais carente. Estas atividades eram desenvolvidas na tentativa de minimizar os problemas sociais ocasionados pelo desenvolvimento industrial.

Em meados da década de 1930, é fundada a primeira Escola de Serviço Social do país, situada no Estado de São Paulo e tinha como principal demanda grupos femininos da burguesia, geralmente esposas de industriais que estavam vinculadas diretamente a Igreja Católica. Assim, ressalta Barroco:

A origem social das mulheres que ingressam nas primeiras escolas de Serviço Social vinculam-se ao pensamento católico e as classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por esta origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado às atividades educativas, de cunho moralizador (BARROCO, 2003, p. 76).

A autora coloca quanto à influência da caridade na vida das mulheres, uma vez que estas se enquadram nos padrões conservadores da sociedade. As ações conservadoras potencializaram as atividades moralizadoras que eram ensinadas nas escolas de Serviço Social.

Para que possamos nos situar melhor, estamos no período da Era Vargas, 1930 – 1945, no qual, o então presidente tinha como meta de governo ampliar a democracia, acabando com os chamados “votos de cabrestos” e dando maior representação à opinião pública. Em 1937, Getúlio tornou-se um ditador, proclamando o Estado Novo e instaurando o

populismo. Neste período, que vai até 1945, o presidente dissolveu o Congresso, proibiu a existência de partidos políticos, estabeleceu censura à imprensa, promulgou leis trabalhistas inovadoras, exilou líderes liberais que se opunham ao governo. Rompeu com a Alemanha, Itália e Japão, os chamados países do Eixo. Realizou alguns acordos com os EUA para que este instalasse no Brasil uma grande indústria siderúrgica, e equipasse as Forças Armadas, porém, em troca o Brasil participou na II Guerra Mundial. Getúlio estabeleceu ainda, bases da nacionalização do petróleo, introduziu um sistema de câmbio e cotas para regularizar a exportação do café. A ditadura caiu com o fim da Guerra.

Podemos acrescentar ainda quanto ao proletariado que é duramente reprimido durante a ditadura. Isto se deveu a partir do momento em que é desmantelada sua autonomia quando se refere à organização política e sindical. Diante disto, o corporativismo, sistema de dominação política não sofrerá nenhum abalo significativo, pois o caminho estará livre, através da repressão, para a nova política sindical.

Na década de 1940, houve a criação de importantes instituições como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Social de Aprendizagem (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI). Estas instituições foram criadas como estratégias do Estado para responder ao agravamento do conflito de classes e, juntamente com a classe dominante, possibilitar uma intervenção organizativa sobre a questão social.

Segundo Yamamoto e Carvalho (apud RAICHELIS, 1988, p.12) questão social:

Deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, entre dominantes e dominados, para constituir-se em sua essência, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado.

Acima de tudo a profissão foi sendo construída sobre a contradição de valores, de um lado as reivindicações das classes subalternas, de outro sendo executora e mediadora de políticas públicas, elaboradas pelo aparato estatal para o enfrentamento destas questões. Diante disto, o exercício profissional do serviço social está subordinado as demandas institucionais, de maneira geral, o assistente social assume o papel diante da sociedade brasileira como trabalhador assalariado, integrado ao aparato estatal e ao setor privado.

No final da década de 50 e início da década de 1960 o Estado e a sociedade perpassam por transformação política, mais especificamente uma crise no padrão de acumulação capitalista marcado pelo modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O modelo citado é caracterizado pela internacionalização da economia, fortalecimento do setor privado e do capital internacional, deixando em segundo plano as políticas sociais. O *Slogan*

“50 anos em 5” de JK, no qual procurava modernizar amplamente o país trouxe vantagens, como as fábricas automobilísticas ao Brasil, instaladas no ABC paulista³ porém desvantagens também se sobressaíram com este tipo de governo, pois ao final deste o custo de vida, a taxa de desemprego e de êxodo rural se elevaram substancialmente agravando as condições de vida da população.

O Serviço Social se mostra relativamente alheio à temática desenvolvimentista. Yamamoto e Carvalho (1982, p.342), acreditam que existam duas hipóteses para o Serviço Social se tornar alheio ao desenvolvimentismo de JK, uma delas é aceitar que todos os problemas sociais se situam numa variável dependente, ou seja, a resolução dos problemas encontra-se na expansão econômica. O serviço social encontra-se restringido neste período como um reforço da ação assistencial. A outra hipótese está na repulsa a demagogia, ao jogo político com as massas que acaba por constituir o populismo como politização do proletariado.

Após mais de uma década de “desenvolvimentismo” sustentado por uma política populista, houve a vitória de Jânio da Silva Quadros, período chamado de janiismo, no qual representava a possibilidade de um novo começo.

A principal preocupação do Governo de Jânio seria a formação de uma nação forte, tendo a economia globalmente forte (1982, p. 346).

Jânio critica os seus antecessores a partir do momento em que estes criam uma economia política voltada ao desenvolvimento que marginaliza ainda mais a população pobre, aumentando as disparidades regionais bem como, no nível de vida e renda. Seguindo o raciocínio dos autores acima citados, para a ideologia janiista, basta diminuir a pobreza para a democracia se fazer presente no plano econômico. O presidente pretendia um desenvolvimento integral, equilibrado e nacional. O projeto de Jânio propõe um desenvolvimento harmônico e humano.

A vitória de Jânio representou uma nova estratégia do desenvolvimentismo, que, mantendo o mesmo eixo do crescimento econômico, ele passaria a centrar no crescimento do homem, respeitando a dignidade da pessoa humana.

Jânio da Silva Quadros cumpriu seu mandato por sete meses, (janeiro de 1961 a agosto do mesmo ano) teve uma postura moralista. Prometeu combater a corrupção, a inflação

³ Com a entrada das multinacionais no Brasil como a Wokswagem, Simca, por exemplo, houve um grande êxodo rural, pois muitos saíam de sua região, geralmente o Nordeste, para procurar melhores condições de vida no Centro-Sul do país. Pode-se observar ainda que estas empresas ganharam incentivos fiscais para instalarem-se no Brasil.

e a especulação. Não conseguiu efetivar seu plano de governo, porém repreendeu os movimentos camponeses, estudantis e os sindicatos. Isto demonstra a forma autoritária e conservadora no plano interno, já no plano externo reatou relações diplomáticas e comerciais com o bloco comunista o que desagradou o Governo Norte-Americano.

Com a entrada de João Goulart no poder há uma contraposição do modelo desenvolvimentista de Juscelino, pois dará maior foco no desenvolvimento baseado na economia nacional. Jango como também era conhecido, foi visto como representante do perigo comunista. Neste período vários setores da burguesia uniram-se aos militares para controlar as manifestações populares, pois havia uma crescente mobilização de diversos setores da classe trabalhadora. Diante deste fato instalou-se o Golpe de Estado de 1964 e Jango foi deposto.

Marechal Castelo Branco, foi eleito à presidência provisória, durante o governo instituiu o Serviço Nacional de Informação (SNI), o cruzeiro novo como unidade monetária, criou o Banco Central e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Fechou partidos e criou a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Não podemos deixar de citar a promulgação da constituição de 24/11/1967 na qual institucionalizava a ditadura.

No plano econômico, acentuou a internacionalização da economia, com amplas facilidades concedidas a entrada de capitais estrangeiros no país e para combater a inflação houve o arrocho salarial, a redução dos gastos públicos. Tudo conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendava.

Abreu (2002) coloca que o Serviço Social substituiu a doutrina católica por correntes psicanalíticas e sociológicas, mais caracterizadas pelo funcionalismo e pelo positivismo, porém sua intervenção ainda permanece baseada em princípios humanistas e morais de ajustamento social.

No período de 1967 a 1974, o Brasil vivenciou um dos períodos mais repressivos da história do país. Houve muitas manifestações de setores organizados da sociedade. Isto ocorreu no Governo do Marechal Costa e Silva e principalmente no Governo do General Médici, onde o Brasil vivenciava o crescimento econômico chamado “milagre econômico” no qual, este só foi possível devido à repressão das tensões sociais estabelecidas por medidas importantes nas relações do trabalho. Destacamos a política do arrocho salarial e a substituição da estabilidade empregatícia pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Após este período conturbado da história do Brasil, houve uma grande mudança ocorrida no Estado e na sociedade brasileira, culminando na crise final do populismo, ou seja, há uma redefinição de valores entre o sistema político e o capital monopolista, no qual trouxe uma grande mobilização popular, o mesmo fez com que ocorresse uma mudança estrutural no Serviço Social consolidando a cidadania política e econômica da população e desenvolvendo aspectos políticos-ideológicos da profissão, as chamadas “reformas de base”. Vários países se inseriram no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, revisando o processo da prática da profissão.

O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina surge entre os anos de 1960 e 1970 com a concepção de questionar quanto os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social Tradicional. O movimento de renovação do Serviço Social surge a partir da crise e dependência econômica, vivenciada pelos países da América Latina em relação ao imperialismo norte-americano (SILVA e SILVA, 1995).

O Serviço Social afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho na forma socialmente determinada. [...] A profissão viu-se obrigada a se redefinir, pois, com a sociedade burguesa, também ela não se conforma como um “cristal sólido, mas como um organismo capaz de mudar e que está em constante mudança”. (IAMAMOTO, 2001, p.203).

Diante do que coloca Iamamoto podemos ressaltar a importância do rompimento do projeto ético-profissional tradicional ocorrido na década de 1980, em que o Serviço Social se volta aos interesses das classes subalternas através das universidades, pois a partir delas há um verdadeiro rompimento com o Serviço Social conservador. Isto se dá através das atividades de ensino e pesquisa ministrada nas Escolas de Serviço Social.

De 1964 a 1985 compreende-se como período tecnocrático-militar, segundo Pereira (2000, p. 134-135), no qual compreende vários sub-períodos de governos, que como o período anterior também foi conhecido autoritário. Porém houve uma substancial mudança no conteúdo do Estado com o qual, deixa de ser uma organização eminentemente populista para se tornar tecnocrática e centralizada, fundada num pacto entre civis e militares, “observados

de perto” pela classe média enriquecida pelo período anterior.⁴

A conjuntura política, econômica do país ao final da década de 1970 passa por uma crise agravando as condições de vida da população, estes fenômenos, alta da inflação e elevação da dívida externa, demarcam um novo começo para o Serviço Social, com novas demandas estimuladas pelo protagonismo dos movimentos sociais populares. Foi um movimento crítico, que favoreceu o debate da neutralidade do assistente Social nas relações de classe, uma vez que entra em um rompimento no que se refere à alienação, ou seja, no momento em que o Serviço Social nega os modelos importados e teve a capacidade de construir novas alternativas de prática profissional, abandonando a lealdade às classes dominantes, torna diferente a hegemonia da ordem social capitalista, onde o principal foco encontra-se, segundo Martinelli (1997, p.151) baseado no movimento e não na estagnação, na ação coletiva e não particular, na produção do novo e não na sacralização do instituído.

Para que houvesse a efetiva ruptura desejada pelo Serviço Social, havia a necessidade de construir alternativas compatíveis com as reais necessidades e interesse das classes subalternas. Isto trouxe a tona uma séria discussão sobre as bases teórico-metodológicas da profissão. Em 1979 a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte desenvolveu uma forma de romper com o Serviço Social Tradicional conduzindo-o aos interesses das classes subalternas, isto ficou sendo conhecido como Método BH, considerando um marco na ruptura da profissão.

Nos anos de 1980, há uma grande intensificação na dimensão organizativa da profissão impulsionada pelo movimento de reconceituação já que há criação de sindicatos e associações por todo o país. Neste período o Serviço Social no Brasil já é considerado uma profissão consolidada, pois esta rompe com o conservadorismo e constrói um projeto profissional comprometido com as classes subalternas, o que vem a ser o Novo Código de Ética de 1986.

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 05 de outubro de 1988, pelo então presidente da República José Sarney. A nova Constituição selou um momento histórico de redemocratização da sociedade brasileira. O texto da Constituição é

⁴ 1964 – 1966 Governo Castelo Branco – institui o Governo autoritário, rompendo coma prática populista/desenvolvimentista de JK;

1967 – 1969 Costa e Silva, afirmou o modelo autoritário;

1970 – 1973 Governo Médici, enrijeceu o modelo autoritário;

1974 – 1979 Governo Geisel, vivenciou o início da abertura política;

1980 – 1985 Figueiredo continuou com a abertura da política.

pautado em cidadania e direitos sociais, que a sociedade civil conseguiu conquistar suas reivindicações através das manifestações, debates e negociações com a classe política.

A partir da atual Constituição, 1988, esta traz uma nova configuração quando fala das Políticas de Proteção Social, onde antes o modelo econômico apresentava-se perverso, concentrador e excludente, deixando com que penalizasse cada vez mais as classes subalternas da sociedade. A reforma da constituição veio de maneira a minimizar a degradação das condições de pobreza da população, para tanto se criou a Seguridade Social, que tem por base a universalidade, uniformidade, e equivalência de benefícios, seletividade e distributividade, irredutibilidade no valor do benefício, equidade na forma do custeio e a descentralização da gestão com caráter democrático e participativo. Sposati (1995, p. 05-06).

O conceito de Seguridade Social trazido pela Constituição de 1988 é formado pelo tripé Assistência Social, Saúde e Previdência Social⁵. A Assistência Social passou a ser concebida, cinco anos mais tarde, como Política Pública regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8.742/93, tendo como principais diretrizes à descentralização político-administrativa, a participação popular na formulação e controle das ações e primazia na responsabilidade do Estado.

Segundo Yazbek (1993), historicamente o perfil da intervenção do Estado quando se refere à questão social vem sendo marcado pela ideologia paternalista, onde a benevolência da ajuda e o clientelismo têm como finalidade esconder sua subordinação, aonde de um lado vem o processo de reprodução do capital e de outro a sociedade.

O trabalho do Profissional de Serviço Social tem a pretensão de contribuir na viabilização de políticas públicas que se oponham as dinâmicas seletivas de intervenção do Estado na questão social, tendo em vista as prioridades contraditórias que o sistema capitalista impõe o que faz com que se legitime o excesso de demanda existente, pois há um constante choque de ideais no cotidiano da práxis profissional.

Yazbek ainda coloca:

A busca de constituir uma legitimidade popular, não é suficiente olhar para o Estado e as classes populares e suas relações. É necessário entender que o modo de produção e as relações sociais têm uma lógica, que, gerando novas contradições, obriga os políticos e os técnicos, na prática de suas lutas, a redefinir seus projetos. Leva-nos então a uma questão radical: como atribuir à profissão nova legitimidade se o horizonte das políticas sociais não aponta mais do que uma modernização que as torne mais eficientes no controle social?

⁵ A Assistência Social e a Saúde estão em caráter não contributivo e já a Previdência Social é de caráter contributivo.

A década de 1990 é assinalada pela hegemonia neoliberal apoiada pela globalização, fenómeno ocorrido desde as três últimas décadas, segundo Nunes (2004), entre outros fatores, a globalização está marcada pela flexibilização do trabalho, pela anulação de fronteiras nacionais, pela supremacia do capital financeiro, pelo acelerado avanço tecnológico e das comunicações e ainda por diretrizes impostas por organismos internacionais. Tais fenómenos acarretam em profundas mudanças nas relações entre Estado e Sociedade Civil marcando desta maneira a alteração nas relações de trabalho.

1.2 A ÉTICA COMO DESAFIO NO COTIDIANO DA PROFISSÃO

“Uma pequena negligência pode se transformar em um grande erro”.

(Benjamin Franklin)

Para que possamos iniciar este tópico, será imperioso falarmos sobre Ética. Para iluminarmos tal questão é necessário primeiramente nos perguntarmos, mas afinal, o que é ética?

Ética é o aspecto fundamental na dimensão prática de qualquer profissão. É o processo de reflexão ética que torna possível a análise crítica da realidade social. Segundo Gerber, no caso do Serviço Social, a reflexão ética assume um conteúdo complexo pela própria especificidade das demandas que se colocam ao profissional no seu cotidiano de trabalho.

Não podemos analisar a ética sem antes compreender o contexto social, e nos perguntarmos sobre os assuntos que nos cercam, como coloca Rios (2003, p.18 –19, grifos do autor) “Toda pessoa seja qual for o seu espaço de pensamento e de ação, torna-se filósofo quando interroga o mundo de uma maneira específica, buscando compreendê-lo a fim de transformá-lo”. E continua:

Ao perguntar “de que vale?”, refiro-me a presença dos valores na realidade [...]. Já me dirijo, portanto, ao terreno da *ética*, espaço da reflexão filosófica que se define como reflexão crítica, sistemática, sobre a presença dos valores na ação humana.

A ética ainda pode ser conceituada como, o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal.

Dessa forma, a ética também se propõe a revelar não aquilo que o homem é de fato, mas aquilo que deve fazer em sua vida, criando necessidades e capacidades por ele antes, inexistentes.

Pode-se dizer ainda que a ética não cria a moral, pois a moral é um conjunto de princípios, valores e normas de comportamento. A ética procura sim, determinar a essência da moral, sobre sua origem, suas condições sejam elas objetivas ou subjetivas. Podemos afirmar então, que ética não é moral, pois esta não pode ser resumida a um simples conjunto de normas e prescrições.(CALOBRIDEE, 2003)

Rios (2003, p.21) coloca que no dia a dia, pode-se observar que os conceitos de ética e de moral se confundem ou se identificam, a autora expõe o significado epistemológico das palavras *ethos* (grego) que significa costume, e *mores* (latim) que também significa costume. Isto nos remete a um outro ponto, que costume é resultante do estabelecimento de um valor para ação humana. Criado pelo próprio homem, em suas relações.

A ética, acima de tudo se apresenta como uma reflexão crítica sobre a dimensão moral do comportamento do homem. É nesse prospecto que ética e moral não se confundem.

Vázques (apud Rios, 2003, p.24) ressalta:

A ética não é a moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva [...] A ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva.

Partindo deste pressuposto, podemos entender que o código de ética é a maneira democrática de orientar o exercício profissional do Assistente Social, deixando claro seus direitos e seus deveres. Estas orientações estão vinculadas a estudos prévios e relacionadas à questão da moral, uma análise crítica sobre a realidade do profissional do Serviço Social.

A moral, em cada sociedade, indica o comportamento que deve ser seguido, e considerado bom ou mal. A ética se fundamenta do valor que orienta o comportamento, partindo do contexto histórico apresentado nos valores.

Os valores que fundamentam a profissão são enunciados através dos seus respectivos códigos de ética, que tanto podem fazer referência quanto à dimensão social na qual a profissão está inserida, quanto aos aspectos específicos das relações estabelecidas pela profissão no contexto social em que se realiza. Barroco (apud Gerber, 2002, p.01-02) apresenta três esferas constitutivas da ética profissional:

- Esfera Teórica é constituída por orientações filosóficas e teórico-metodológica na qual fundamentam as concepções éticas profissionais (podemos citar os valores, princípios, a visão de homem e de sociedade);

- Esfera Moral e Prática que é envolvida pelas ações individuais de cada profissional, ou seja, são orientados por suas visões de mundo, responsabilidades, compromisso social, juízo de valor e o conjunto das ações profissionais em seu processo de organização coletiva, direcionada para a realização de projetos com seus valores e princípios éticos;

- Esfera Normativa expressa no Código de Ética Profissional se refere a todas as profissões liberais, é um código moral que orienta o comportamento individual dos profissionais e define uma direção social através do projeto profissional.

O Brasil já conheceu a formalização de cinco Códigos de Ética, respectivamente: 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993. O último traz consigo o compromisso com os valores da liberdade, democracia, cidadania e direitos sociais para com os usuários, estas concepções que fundamentam os princípios éticos profissionais. Podemos citar a partir disto os onze princípios do código de ética, mas é imperativo colocar que há necessidade de se analisar os princípios éticos como um todo, pois ele se encontra num contexto articulado, envolvido por uma coerência e toda uma lógica de compreensão. E é dentro deste contexto que pretendemos pautar alguns aspectos importantes destes princípios éticos.

Primeiro Princípio:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

A liberdade só tem valor diante da igualdade, para suscitar tal compreensão o Assistente Social tem que ter claro que a liberdade pode ser definida como valor, pois a ausência da liberdade é a renúncia a ela. Diante disto podemos colocar que o maior dilema da liberdade está na “submissão passiva”, ou seja, no fato de acreditar que nada é possível fazer para modificar a realidade da sociedade, ou ainda por atitudes utópicas, acreditando que tudo é possível de ser concretizado como ressalta PAIVA e SALLES (1996, p.183):

Face ao dilema da liberdade, podem-se afigurar caminhos mistificadores, seja o da submissão passiva, de que “nada podemos fazer”, seja o da atitude ilusória da liberdade absoluta, em que é possível “fazer tudo” e em qualquer direção.

Enfim podemos dizer que a liberdade encarada como possibilidade é capaz de transformar os conflitos sociais, como assim coloca Chauí (1994 apud PAIVA e SALES (1996, p. 183).

A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova; criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real somente o que é possível e que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir [...] um movimento anti-racista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela.

Para que a liberdade seja respeitada é necessário que o profissional de serviço social seja capaz de perceber o verdadeiro valor desta, que é um direito inerente de cada cidadão.

Segundo Princípio:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio do autoritarismo

Este princípio está articulado como o primeiro e assim sucessivamente todos eles estão interligados. Quando preconizamos a liberdade como sendo um princípio básico para a convivência humana, resguardamos os direitos humanos, repudiando desta maneira qualquer forma de discriminação, violência e autoritarismo com relação ao indivíduo.

Dentro da nossa profissão frente às políticas sociais, podemos simplesmente ser coniventes com a ordem que cria desigualdades e impõe formas desumanas de vida ou podemos fazer melhor, como trabalhar para que o usuário sinta-se realmente um cidadão de direitos.

Terceiro Princípio:

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras.

Este princípio implica em desenvolver uma ampla conscientização da população na importância de sua participação como cidadão de direito e de agente transformador.

Podemos levar em consideração que a população brasileira, boa parte dela, encontra-se na linha da pobreza ou abaixo dela, muitos vivem na informalidade. E mesmo aqueles que se encontram na formalidade, trabalhando com carteira de trabalho assinada, passam por privações, tornando-se dificultoso seu auto-sustento, não condições de prover suas necessidades básicas.

O modelo econômico social brasileiro é excludente, porém temos meios através da legislação para minorar tal problema. Esta legislação trás consigo a concepção de direito sociais e cidadania; participação e descentralização da gestão pública através dos Conselhos

de Direito. Estes Conselhos juntamente a participação popular são essenciais na mudança da política que impera no país.

Quarto Princípio:

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

O Assistente Social deve promover a democracia tendo em vista que a riqueza produzida seja compartilhada por todos, e não apenas por uma pequena parcela da população. Deve assegurar a defesa da igualdade de condições de vida da população.

O Estado brasileiro atualmente tem uma política econômica neoliberal, no qual transfere as responsabilidades do próprio Estado para a sociedade civil. O Estado desenvolve políticas públicas apenas para população de extrema carência, criando desta forma critérios de elegibilidade que exclui ainda mais este cidadão da sociedade.

Quinto Princípio:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos os programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

É imperioso colocar que há uma grande necessidade da população se organizar no sentido de viabilizar seus acessos de participação através de suas representações de forma democrática e participativa, para que possam exercer sua cidadania levando suas reivindicações para serem contempladas nas ações do governo.

Estas estratégias servem para afirmar em favor da justiça social e equidade, buscando assegurar desta maneira o acesso à universalidade de acesso aos programas e políticas sociais, bem como aos bens e serviços oferecidos por eles.

Sexto Princípio:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Este princípio é imperioso para o assistente Social que luta por igualdade e justiça social. Geralmente os usuários dos Programas e Projetos da SMCAIFDS são pessoas que possuem alguma especificidade que a exclua de certa forma da sociedade, e o assistente social promove a reintegração destes indivíduos à sociedade utilizando os instrumentais técnico-operativo e teórico-metodológico apreendidos.

O que mais podemos levar em consideração é que as demandas do Serviço Social não são apenas aqueles com carência econômica, mas sim aqueles que buscam encaminhamentos e orientações por diversos aspectos, como a violência doméstica, a

dependência química, os casos de doenças, e isto afeta a dinâmica familiar. Estes são fatos que não ocorrem apenas em famílias desprovidas financeiramente, ocorrem em todas as camadas sociais gerando uma série de conflitos.

Este princípio, como ressalta Vicente (2005) "não está implícito apenas na relação do Assistente Social com o usuário. Perpassa também as relações com outros profissionais e até mesmo entre outra categoria".

Sétimo Princípio:

Garantia do pluralismo, por meio do respeito as correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

O Assistente Social deve estar em constante aprimoramento intelectual, pois há uma importância nos permanentes debates e produções literárias, no qual constitui um passo importante para o profissional frente a sua prática profissional.

Podemos entender que a profissão se desenvolveu através de três eixos, o histórico, o teórico e o metodológico, e que esta foi determinada para o enfrentamento das questões sociais, e que ao longo do tempo foi se aperfeiçoando e se adaptando as novas demandas que vinham surgindo.

Portanto é de suma importância que o profissional de Serviço Social sintase capacitado para enfrentar cotidianamente as demandas advindas a ele.

Oitavo Princípio:

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero.

Neste princípio há um claro desafio imposto ao Assistente Social, tendo em vista a constante busca pela equidade e justiça social, para que todos possam desfrutar da riqueza produzida pelo mundo capitalista.

Nono Princípio:

Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

Aqui podemos observar a importância de se estar articulado com outras categorias profissionais, para que juntos possam desenvolver um bom trabalho. O Assistente Social é o profissional capaz de passar aos outros profissionais de áreas distintas a importância de se ter um olhar social, sem discriminar, respeitando a diversidade encontrada, este trabalho pode ser encontrado em equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

Décimo Princípio:

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.

O Assistente Social que realiza suas atividades em órgãos públicos conhece a realidade apresentada em relação as suas condições de trabalho. A precariedade nas instalações físicas, nos recursos financeiros e ainda a falta de recursos humanos trás a tona a realidade vivenciada pelos profissionais de Serviço Social que buscam cotidianamente driblar estas dificuldades para conseguir desempenhar seus afazeres sem maiores prejuízos aos usuários.

É importante colocar que o espaço do profissional de Serviço Social dentro de qualquer instituição é construído cotidianamente, através das ações desenvolvidas para responder as questões que lhes são apresentadas.

Para corresponder ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população, o profissional deve manter-se sempre atualizado, o que lhe dá uma segurança, pois estará fundamentado para desenvolver programas e projetos que tendem a qualidade dos serviços prestados.

Décimo Primeiro Princípio:

Exercício do Serviço Social, sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Por fim o último princípio, este trás um verdadeiro leque de discussão tendo em vista o preconceito existente em nossa sociedade.

Iamamoto (1998, p. 64-65, grifos do autor) discorre sobre o seguinte:

Trata-se de uma profissão (Serviço Social) atravessada por *relações de gênero* enquanto tem uma composição social predominantemente *feminina*, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este *recorte de gênero* explica, em parte, *os traços de subalternidade* que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico.

Neste trecho a autora traz a discussão do preconceito existente quanto à profissão, pois esta tem uma composição predominantemente feminina, sobre os reflexos de uma sociedade com fortes traços machistas.

A imagem do Serviço Social na origem da profissão, veiculado pela Igreja Católica é de bondade, caridade a “mãe dos pobres, fracos e oprimidos” passando uma imagem de

fragilidade. Este fato vem com o tempo sendo superado, já que as mulheres estão avançando, construindo seu espaço na sociedade.

Segundo Vicente (2005), “[...] a importância dos princípios contidos no Código de Ética da profissão é a possibilidade de concretizar os objetivos de uma sociedade com justiça e equidade social”.

Nessa perspectiva, os princípios contidos no Código de Ética da Profissão fazem uma articulação entre a esfera teórica, moral, prática e normativa sendo este código um instrumento que permeia cotidianamente o processo de trabalho do assistente social, uma vez que ele não é somente visto como aspecto punitivo, mas sim, aponta aos profissionais uma direção a fim de dar materialidade ao exercício profissional.

2 A QUESTÃO DA UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA: UM DESAFIO NO COTIDIANO DA PROFISSÃO

2.1 UNIDADE TEORIA E PRÁTICA: UM OBSTÁCULO A SER TRANSPASSADO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Para compreender o significado de teoria e prática é necessário que nos apropriemos do significado emitido por Marilda Yamamoto (2005, p.148-153), primeiro sobre a prática e posteriormente sobre a teoria.

Importante observar que a autora fala sobre o ensino da prática nas universidades:

Podemos considerar que a prática implica em agir e, portanto, em habilidade, atitudes. Implica, ainda em escolhas, e, portanto, em valores. Neste sentido, no ensino da prática encontram-se auto-implicados: conhecimentos (teóricos e saberes interventivos), habilidades e valores.

Neste sentido, podemos considerar que as implicações exigidas pela lógica vão além do aparato operativo, elas se pautam na lógica dos fenômenos, ou seja, entender a gênese dos acontecimentos é mais do que somente agir é acionar os procedimentos teórico-práticos da profissão (IAMAMOTO, *ibid*, loc. cit.).

Partindo para questão da teoria, Yamamoto (op. cit.) questiona: “Qual o papel da prática no Serviço Social? Justificar o existente ou possibilitar a crítica ao existente?” à autora mesmo responde dizendo que a nossa função é criticar e denunciar, mas também de apontar possibilidades de ação, considerando que o conhecimento que se limita a crítica é simplesmente especulativo e sem importância. Para enfrentar tal dilema, a autora coloca quanto a importância de se alcançar o grau de criticidade do conhecimento, algo necessário para o exercício profissional.

É interessante pensar o Serviço Social como trabalho, para que se possa analisar a “prática profissional”, já que podemos pensar o trabalho como algo criativo, consciente e racional. É através do trabalho que podemos descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2001, p.61), portanto, podemos representar a prática profissional não apenas pelas atividades desenvolvidas, mas também pelo o que ela representa a sociedade, ou seja, espera-se não uma atividade com um caráter paternalista, mas sim com caráter emancipatório, que deixe de lado a benemerência e busque a efetivação dos direitos. Deixemos claro que a instituição não deve ser condicionante do trabalho de um assistente

social, a instituição organiza o trabalho do assistente social, a partir do momento em que ela é responsável pelo acesso aos serviços que estes irão prestar aos usuários.

O Serviço Social como prática que intervém na realidade social tem sido muitas vezes alvo de críticas diversificadas. Entre os profissionais, elas se apresentam, na maioria das vezes, informalmente e raras vezes formalmente.

Informalmente não é difícil apreender na prática cotidiana dos Assistentes Sociais considerações como as que seguem, a seguir:

- A área de atuação do Assistente Social está sendo aos poucos ocupada por outros profissionais;
- O Serviço Social, por ser considerado muito abrangente, incorpora muitas atividades recusadas por outros profissionais, estes apenas encaminham ao setor de Serviço Social;
- As instituições não reconhecem que o Serviço Social tem sua especificidade, e tenta fazer que seus próprios objetivos sejam trabalhados pelos Assistentes Sociais;
- A atuação do Assistente Social está sempre a depender das determinações funcionais das instituições onde ele se situa profissionalmente a fim de definir as ações que ele deve desempenhar;
- Os usuários identificam a ação do Serviço Social como elemento valorativo de generosidade ou não generosidade que sobressai da maneira como o Assistente Social desempenha sua ação profissional;
- O Serviço Social se dirige a todas as camadas da população, como está garantido na Lei Orgânica da Assistência Social, porém são fundamentalmente as camadas empobrecidas que são atendidas regularmente. Junto a esta camada pobre, entretanto, os recursos técnico-operativos são insuficientes e nem sempre conseguem produzir resultados satisfatórios (SOUZA, 1980, p. 19-20).

Podemos constatar através do raciocínio de Souza (1980), que os profissionais de Serviço Social atravessam por problemas de reconhecimento efetivo da profissão. Existe a preocupação de ultrapassar a barreira da benevolência, do caráter caritativo ou paternalista, para ser vista como uma profissão reconhecidamente liberal comprometida com a democracia e o acesso universal aos direitos garantidos por Lei.

Iamamoto (1997, p.07) pontua quanto a necessidade de mudança do agir profissional:

O Assistente Social precisa alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade. [...] É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro e para dentro do serviço social, como pré-condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, atribuindo-lhe particularidades e descobrir alternativas de ação.

Nesta perspectiva, o Assistente Social tem que estar atento para desenvolver sua capacidade de entender e decifrar a realidade, construindo propostas de trabalho criativas, que se tornarão efetivas a partir do amadurecimento da profissão, fugindo desta forma, do trabalho rotineiro e burocrático, os quais não permitem que apareçam novas possibilidades inovadoras de ação profissional.

Paiva (2000, p.81) ressalta que o assistente social deve apresentar propostas que encaminhem para soluções almejadas pela categoria e não pela instituição. A negação do senso comum e da burocratização traduz a verdadeira importância da interpretação teórico-metodológica. Paiva ainda continua, “cabe ao Assistente Social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas”.

A falsa dicotomia existente entre teoria e prática está marcada no processo de trabalho do Assistente Social. É reconhecido que não há intervenção profissional possível que não seja pautada no conhecimento. Diante deste fato, é pouco provável que possa existir uma atuação longe da teoria, isto implicaria na redução da prática num simples cumprimento de procedimentos. Cabe aqui colocar que seriam apenas reprodutores da prática profissional, ou ainda reproduziria o senso comum (PAIVA, *ibid*, loc. cit.) Estaríamos colocando em prática a nossa inutilidade, poderíamos até mesmo dizer que não precisaríamos de Assistente Social para executar as políticas públicas, seria necessário apenas seguir os procedimentos exigidos pela instituição.

Iamamoto (1997, p.120) coloca quanto ao significado social da prática profissional, na qual não se revela de imediato no relato do fazer profissional, das dificuldades vivenciadas cotidianamente. Tudo faz parte de um contexto histórico que a sociedade participa. A autora expressa com propriedade uma crítica formal quanto a prática desarticulada de profissionais que não se apropriam da realidade social vivenciada:

A prática profissional não tem o poder miraculoso de revelar-se a si própria. Adquire seu sentido, descobre suas alternativas na história da sociedade da qual é parte. Assim sendo, é lançado o olhar para mais longe, para o horizonte das classes sociais, e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional, que se torna possível desvelar a prática do Serviço

Social, apreender os fios que articulam às estratégias políticas das classes, desvendar a sua necessidade, os seus efeitos na vida social, assim como os seus limites e suas possibilidades. Apreender, pois, o sentido político - social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social; como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual.

A complexa sociedade atual requer do Serviço Social uma intervenção inovadora apoiada por um “questionamento sistemático, crítico e criativo” (FERREIRA, 2004, p.01). As situações vivenciadas cotidianamente pelo profissional de serviço social, o qual o mesmo intervém implica na necessidade de novos recursos teóricos e técnicos no agir profissional. Segundo Baptista (apud Ferreira, 2004) “[...] o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção.”. Há uma exigência que o Serviço Social tenha uma consistência não apenas operativa, mas também teórica a partir do momento que este necessita formular diagnósticos sociais bem fundamentados, pois a profissão não está isolada, ela interage com outras profissões em diversas áreas.

Partindo deste pressuposto, a profissão necessita de uma interlocução com conhecimentos vindos de disciplinas especializadas. O conteúdo teórico metodológico que pode servir de referencial é extraído das ciências humanas e sociais. Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão em suas atividades de intervenção. Não podemos deixar de citar, que a profissão também está produzindo novas estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (GUERRA, 2000, p.59).

A exigência explicitada anteriormente quanto à prática aliada à teoria, se dá, para que o profissional não remeta as práticas repetitivas ou ainda, reprodutivas. Netto (1993) coloca o que espera de um perfil profissional: que este vá além das competências do saber profissional, competências do domínio técnico, teórico e político.

Para que se efetive esta exigência, será necessária uma consciência dos assistentes sociais em se adequar às novas necessidades profissionais, ou seja, o constante aprimoramento intelectual previsto no décimo princípio Ético, pois isto será capaz de auxiliar no agir profissional, a partir do momento que este profissional consiga interagir criticamente com a realidade vivenciada. Temos, portanto uma unidade teórica e prática na qual não podem ser dissociadas, esse processo deverá resultar numa articulação permanente e crítica. Imperioso expor que tal processo traz a luz preocupações teóricas que vem de uma reflexão

sistemática e que devem auxiliar na resposta a situações concretas vivenciadas no cotidiano da profissão.

Para tanto, tem-se a necessidade de que haja um elo entre teoria e prática, pois sem ele podemos considerar que somente com a prática viveremos em um jogo de tentativa e erro. Kant (1995) fala sobre a totalidade, que aqui neste trabalho estamos falando sobre unidade, o que na verdade é a mesma coisa, já que totalidade é uma intenção de relação teoria/prática. Kant (1995; p.57) coloca que:

[...] é evidente que entre teoria e prática se exige ainda um elemento intermediário de ligação e de transição de uma para a outra, por mais completa que possa ser a teoria; com efeito, ao conceito do entendimento, que contém a regra, deve acrescentar-se um acto da faculdade de julgar, mediante o qual o prático distingue se algo é ou não um caso da regra; [...]

Vasquez (apud Ferreira, 2004, p. 05) ilumina brilhantemente esta questão, quando afirma sobre como a relação teoria e prática se estabelece:

A dependência da teoria em relação à prática, e sua existência como fundamento e fim dos últimos da teoria, mostra com clareza que a prática – concebida como práxis humana total – tem a primazia sobre a teoria; mas o seu primado, longe de implicar uma contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação com ela.

A relação teoria e prática têm uma íntima ligação, não quer dizer que elas se unam simplesmente, é necessária uma correlação entre as duas com o intuito de aprimoramento da prática. Contudo, sem a prática não haveria como existir a teoria, não se pode trabalhar apenas baseado no empirismo, pois o profissional de Serviço Social não tem a possibilidade de ter um laboratório para testes. O Assistente Social trabalha no terreno de limitações tanto humanas quanto institucionais, e é a partir destas limitações que deve se pautar o agir profissional. Transpô-las é um desafio a ser conquistado.

Diante disto cabe ao Assistente Social reconstruir as mediações e buscar, com base no projeto ético - político profissional, desenvolver iniciativas que aproximem sua prática das necessidades reais dos usuários, que sofrem com a ausência, de uma ética universalizante, democrática e valorizadora da liberdade; com a presença em nossa sociedade de uma descrença nos valores éticos – políticos aliados a subalternidade social, reprodutora da desumanização e desrespeito aos direitos sociais conquistados historicamente (GRACIOSA, 2002, p.05).

Vasquez (apud Ferreira, 2004) continua: sem negar “o papel determinante da prática – como fundamento, fim e critério do conhecimento verdadeiro” o autor reafirma que apesar disso:

[...] não se pode tirar a conclusão de que teoria e prática se identificam, ou de que a atividade teórica se transforma automaticamente em prática. “Impede tal conclusão o fato de que a prática não fala por si mesma exige, por sua vez, uma relação teórica com ela: a compreensão da práxis”. (FERREIRA, 2004, p. 05, grifos do autor)

A prática sozinha não possui representatividade, quando aliada à teoria ela se volta para um outro campo, o da reflexão, da compreensão e da criticidade da práxis profissional.

2.2 DA LOAS AO SUAS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8742/93, como política social pública, a assistência social iniciou desta maneira um novo caminho: o caminho dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. De acordo com o artigo primeiro da LOAS:

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Dentro desta nova visão de proteção social, a Assistência Social passa a ser Política Pública, não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado. Deverá ser prestada a quem dela precisar, tendo por objetivo a proteção à família, a maternidade, à infância e a velhice, a habilitação e a reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e garantia de um salário mínimo aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovarem a impossibilidade de prover seu sustento ou de ser provido pela família.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), busca o enfrentamento da pobreza e a provisão dos mínimos sociais e traz como princípios básicos a universalização dos direitos sociais, igualdade de direitos no acessos, divulgação ampla dos benefícios, serviços e programas e projetos, respeitando a dignidade do cidadão.

Podemos constatar que foi uma longa caminhada até o “registro de nascimento” da Lei Orgânica da Assistência Social como assim coloca Sposati (2003, p. 2-3), “[...] fazer o registro de nascimento em data atrasada pode ser vontade de coincidir com o dia de padroeiro, mas, em geral, é situação de mãe solteira, que fica esperando a coragem do pai, em pôr seu nome no registro da criança já nascida e crescida”.

O primeiro projeto da LOAS, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEIA), foi aprovado pelo Legislativo em 1990 e no mesmo ano foi vetado pelo então Presidente da República Fernando Collor. Desta forma, houve um atraso no seu sancionamento, ou como bem coloca Sposati (Ibid, p. 14) houve um ” [...] aborto provocado”.

Em 1991, foi criada a Comissão Nacional da Lei Orgânica da Assistência Social na qual solidificou a elaboração do Projeto nº 3.154/92 e em 1993, este foi encaminhado para o então Ministério do Bem Estar Social para sua aprovação. Em 25 de agosto de 1993 o Presidente Itamar Franco envia o projeto de lei, em caráter de urgência, para a Câmara Federal onde recebe o nº 4.100/93.

O Projeto de Lei nº 4.100/93 é aprovado pela Câmara e Senado e em 07 de setembro de 1993 o mesmo Presidente Itamar Franco sanciona a Lei Orgânica da Assistência Social sob nº 8.742/93.

A LOAS trouxe algumas inovações como a descentralização político-administrativa sob controle da sociedade civil, na gestão e execução das políticas de assistência social (YAZBEK, 1995, p.13). No entanto, cabe aqui destacar que a descentralização deve ser entendida “[...] para além de um ato administrativo, consiste numa efetiva partilha de poder entre o Estado e as coletividades locais” (SPOSATI, 1999, p.74) a autora ainda elucida que:

[...] a descentralização supõe sempre uma comunidade de interesses entre os habitantes de uma fração geográfica determinada de um território nacional, comunidade que se traduz pela presença de ações e interesses locais distintos das prioridades nacionais. (SPOSATI, Ibid., p.17)

Desta forma, quanto maior a identidade de intenções e ações locais, maior será o poder local em transformar a realidade que é peculiar em cada localidade do país.

Stein (2000, p.75 apud CORREIA, 2004, p.60), afirma que a descentralização “[...] deve contribuir para que haja: mais justiça e equidade social; universalização dos serviços públicos; democratização das informações; viabilização da participação dos cidadãos nas decisões e ações governamentais fortalecimento do controle social”.

Ainda referente à descentralização, Stein, citado por Correia (Ibid.) conclui que:

[...] a descentralização no âmbito do aparelho de Estado, expressa-se por uma desconcentração de ações provocando a autonomia das instâncias subnacionais, pela ausência do Governo Federal, considerando que os Municípios passaram a se defrontar com o crescimento de demandas muito superiores aos recursos ao seu dispor. Assim, a descentralização pode ser um mecanismo de exportação de importação da crise fiscal para baixo.

Desde a sua implantação há 12 anos, a Política de Assistência Social vem conquistando avanços significativos, embora falte muito até alcançar o patamar que se deseja: sua real efetivação.

Vários fatores impedem o avanço da Política de Assistência Social. Podemos começar pelo modelo econômico adotado pelo país com características neoliberais, no qual o Estado repassa para sociedade civil as funções de sua competência. Podemos elencar alguns fatores como o voluntariado, critérios de elegibilidade rígidos e perversos tendo como princípio básico, a idade mínima e máxima, renda familiar per capita, número de filhos, lugar de residência, frequência na escola...; os usuários são vistos como sujeitos desamparados e não como sujeitos de direito; são ações emergenciais com o único intuito de atender as necessidades biológicas, não provendo o futuro. (Pastorini citado por VICENTE, 2004, p. 43).

Para se adequar melhor às necessidades da população, a política de assistência social vem pautada no sistema descentralizado e participativo; nos programas e ações estruturantes e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sistema descentralizado e participativo é prioritariamente conduzido pelo Estado, porém propõe um desenho político institucional no qual indica o comando único e a gestão partilhada com a sociedade civil. Neste contexto, a assistência social deve contribuir para a inclusão social, visando à equidade e os direitos sociais, superando desta forma o assistencialismo marcado pelo histórico processo político da área social no Brasil.

Martins e Paiva (2003, p. 51-52) iluminam quanto à questão do comando único em cada esfera governamental:

[...] consiste no eixo estruturante que deve orientar a organização político – institucional na área da assistência social. Neste, as ações das três esferas de governo devem ser realizadas de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais a esfera federal e a coordenação e execução dos programas as esferas estaduais e municipais (LOAS, artigo 11).

Entretanto, ao sinalizar as responsabilidades de cada esfera do poder público, a LOAS institui uma hierarquia de competência entre os níveis de governo, mas não interfere na autonomia dos estados e nem dos municípios, como está previsto na constituição.

Segundo o artigo 12 da LOAS Compete à União:

- I. responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição;
- II. apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;
- III. atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

O Governo Federal deve garantir a tarefa de articulador da política de pública a nível nacional, sendo responsável em elaborar as normas gerais da política assistência social, apoiar financeiramente os programas e projetos de ações contra a pobreza em âmbito nacional; garantir o recurso financeiro e a execução dos benefícios de prestação continuada (MARTINS e PAIVA, ano, p. 52).

No artigo 13 da Lei Orgânica da Assistência Social, esta coloca o que compete aos Estados, no qual podemos falar que são instâncias intermediárias. O Estado deve auxiliar financeiramente os Municípios no que diz respeito ao custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, deve apoiar tanto financeiramente quanto na execução de programas, projetos e serviços que visem o enfrentamento da pobreza no âmbito regional; compete ainda aos Estados atender ações de caráter emergencial.

Compete aos Municípios e Distrito Federal, como está nos artigos 15 e 14 da LOAS, as ações mais elaboradas como:

- I. destinar recurso financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- II. efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- III. executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- IV. atender as ações de caráter de emergência;
- V. prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei⁶.

Cabem aos Municípios e Distrito Federal atribuições mais extensas, porém, são dotados de autonomia para realizar ações conforme a sua realidade. Isto foi um avanço e é um desafio da LOAS em respaldá-los nas outras duas esferas governamentais garantindo condições financeiras e materiais para a consolidação da autonomia da municipalização.

⁶ Art. 23 Entende-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Para completar o enfrentamento à pobreza, em 2004 no Governo Lula, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como uma nova alternativa de Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004. O SUAS é um sistema único, como já diz seu nome, que busca a unificação da rede de assistência social em todo país, tendo como principal foco a família e a territorialidade.

O SUAS é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programa e projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. (BRASIL, PNAS, 2004, p.25).

A finalidade do SUAS é de implantar um sistema nacional no qual irá garantir a operacionalidade ao gasto público social, atendendo de forma eficiente as necessidades sociais coletivas e demandas individuais, irá contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais fazendo com que a população tenha acesso a rede de serviços e direitos sociais. É importante ressaltar que o SUAS prima em assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Estes aspectos apresentados acima fazem parte do serviço de proteção social básica, no qual serão executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que tem como finalidade organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Os Centros de referência da Assistência Social ficam localizados em bairros cuja vulnerabilidade social esteja presente⁷.

O Sistema Único de Assistência Social prevê uma única rede nacional de serviços socioassistenciais. Esta deverá ser organizada por nível de complexidade, pela distribuição territorial, pela abrangência e pela especialização do atendimento, garantindo a hierarquização dos serviços por nível de complexidade, distribuídos pelos entes federativos conforme a caracterização do atendimento, das demandas e a distribuição na participação do financiamento, observando os recursos necessários para sua execução.

▪ **Baixa Complexidade** – para todas as famílias e indivíduos de um determinado território. Corresponde aos serviços de convivência, socialização, atendimento e orientação às

⁷ Vide Anexo B, onde irá identificar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Município de Florianópolis.

famílias. Tem por objetivo: prevenir, fortalecer os processos de socialização primária, de expansão de autonomia.

- **Média Complexidade** – serviços especializados em orientação sócio-familiar, para provimento de benefícios, serviços programas e projetos. Atendimentos psicossociais para família e atendimento a população mais vulnerável. Corresponde ao atendimento as famílias com problemas de subsistência e cuidados no domicílio.

- **Alta Complexidade** – ações que necessitam maior cuidado como casa lar, casa de passagem, abrigo para idoso, atendimento integral institucional e outros.

3 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

Neste último capítulo temos a intenção de mostrar a realidade vivenciada cotidianamente pelas Assistentes Sociais em seu processo de trabalho, mais especificamente daquelas que atuam no Projeto Sócio - Emergencial também conhecido como Plantão Social.

Foi realizada uma pesquisa com as profissionais que atuam no Projeto Sócio - Emergencial da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS). A pesquisa teve um percentual de 78% de aproveitamento, ou seja, foram questionadas nove Assistentes Sociais, destas, setes retornaram o questionário. Esta pesquisa teve o intuito de nos aprofundarmos um pouco mais no fazer profissional, através de uma breve análise do cotidiano profissional, observamos também quanto à autonomia profissional bem como, buscamos compreender a realidade vivenciada, seus limites e suas possibilidades. Para tanto, será necessário conhecermos um pouco mais sobre a questão social imposta pelo sistema capitalista na qual a sociedade solidificou.

3.1 O PROCESSO DE TRABALHO NA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: PROJETO SÓCIO - EMERGENCIAL EM FOCO

A questão social no Brasil elencada por Yazbek (2004) é situada como elemento central na relação entre profissão e realidade. Ao colocar a questão social como referência para ação profissional, estamos colocando em tese que a sociedade é dividida em classes e que sua riqueza é mal distribuída, ratificada na perspectiva adotada por Sposati (1995, p.07) na qual podemos conceituar a questão social como sendo “o conjunto de resultantes estruturais decorrentes das desigualdades sociais produzidas no interior dos regimes políticos e econômicos que a história mais recente conheceu”.

No Brasil, em virtude do crescimento da miséria, este vem acompanhado conjuntamente de políticas sociais que “buscam um espaço ao sol” para sua efetivação e que igualmente são encaradas como mecanismos de regulação social, e que assim não conseguem garantir o atendimento da crescente demanda. Entretanto, novos mecanismos são criados

como formas para solucionar problemas e suas contradições marcadas pela seletividade (SARMENTO, 2000, p. 103).

É no espaço contraditório e seletivo que os indivíduos recorrem a assistência social, através dos chamados Plantões sociais ou, no caso de Florianópolis, Projeto Sócio - Emergencial, que acabam por se tornar centros de triagem e encaminhamentos de indivíduos que buscam a garantia de suas necessidades básicas.

Desta maneira, destaca-se a importância de ainda inserirmos neste contexto, o processo de trabalho do Assistente Social dentro do Projeto Sócio-emergencial, para que possamos observar melhor a relação existente entre teoria e prática.

O Projeto Sócio - emergencial tem por objetivo, segundo Plano Pluri Anual (PPA entre 2002 e 2005) “proporcionar as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social o acesso aos benefícios e serviços básicos de Assistência Social e facilitar o acesso à informação e/ou auxílios, ajudando as famílias a superarem dificuldades e necessidades imediatas”.

O Projeto atende municípios de Florianópolis e oferece os seguintes serviços, segundo folder de divulgação publicado em 2006:

- Orientação em relação aos direitos sociais;
- Encaminhamentos aos serviços sociais existentes;
- Concessão de benefícios como: cesta básica, auxílio vale transporte para tratamento de saúde⁸ e fisioterapia, fralda descartável geriátrica e infantil⁹, óculos e auxílio funeral.

Além da concessão de benefícios os profissionais de Serviço Social realizam reuniões de estudo de caso, estudos sócio-econômicos, estudos sociais como também encaminhamentos e orientações à rede social do município.

Imperioso colocarmos quanto aos encaminhamentos, que muitas vezes são confundidos como transferências de responsabilidades entre setores e organizações, tornando-se um serviço insuficiente, dotado aparentemente de uma invisibilidade cidadã, ou seja, de encarar o indivíduo como mero espectador de sua própria vida, fazendo-o correr de instituição a instituição atrás de um direito que é inerentemente seu, o que reforça a dependência e muitas vezes a perda da auto-estima. Segundo Sarmento (2000, p.104), os encaminhamentos ainda

⁸ Para concessão de vale transporte é exigido certa documentação, e apenas é fornecido para os seguintes tratamentos: quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, Doença Sexualmente Transmissível (DST) e/ou Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (SIDA) e tratamento psiquiátrico.

⁹ Fralda infantil apenas para crianças que apresentam algum tipo de problema de saúde.

não são compreendidos como a busca de uma solução para os problemas e situações vivenciadas pela população, como garantia de seus direitos.

Cartaxo (1995, p.126) observa o seguinte:

Em sociedades mais desenvolvidas, em termos de conquista da cidadania, há uma percepção pública maior dos direitos, sendo considerado ilegítimo o caráter clientelista. No Brasil, no entanto, existe nessa prática uma legitimidade própria no sentido de que o bom atendimento do serviço público, o seu favorável desempenho é considerado concessão e não direito.

O Projeto, apesar do que garante a LOAS (Lei 8.742/93), possui critérios de elegibilidade para concessão dos benefícios citados anteriormente, agindo de forma contrária ao que preconiza esta Lei, porém justificativas variadas são impostas como o excesso de demanda e a falta de recursos, material, humano e principalmente financeiro, para atender com efetividade a crescente demanda. Este fato nos remete a um outro problema: a despreocupação e a desarticulação da sociedade e da unidade profissional em reivindicar melhores condições para superar os limites institucionais impostos.

Podemos colocar que a desarticulação profissional está mais voltada ao comodismo no qual, mudar traz uma configuração de desconforto, de incômodo, uma vez que pensar em alterar a realidade e deixar de lado mitos e manias que foram incorporados ao longo dos anos de atividade profissional e que, até então haviam se tornado “intocável”. Ao mesmo tempo, pode-se observar que uma pequena mudança de atitude, melhora a conscientização, a compreensão, a reflexão, a crítica ao trabalho e aos serviços prestados. Poderíamos considerar que avançamos “uma casa” no sentido do direito e da justiça social quando os profissionais se conscientizam de seus reais papéis.

Podemos constatar este fato, com uma breve pesquisa exploratória realizada com as Assistentes Sociais do Projeto Sócio - Emergencial, bem como com as profissionais responsáveis pelo planejamento das políticas públicas municipais no âmbito da Gerência da Família da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Foram realizadas uma série de perguntas, conforme questionário anexado ao final deste trabalho.

Questionamos sobre o ano de sua formação na Graduação em Serviço Social¹⁰ observe o gráfico a seguir:

¹⁰ As frases serão usadas no feminino, pois assistentes sociais entrevistadas eram todas mulheres tanto no Projeto Sócio – Emergencial quanto na Gerencia da Família.

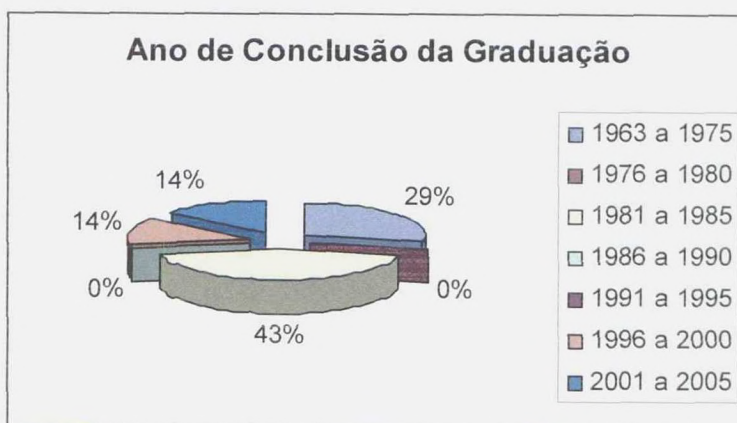


Gráfico 1 - Ano de Conclusão da Graduação em Serviço Social
Fonte Primária (2005)

Das Assistentes Sociais questionadas, 14% se formaram na Graduação em Serviço Social entre 1996 a 2000, outros 14% entre 2001 a 2005. 29% das assistentes sociais se formaram entre 1963 a 1975 e a maioria das profissionais questionadas colou grau entre 1981 a 1985.

Observando o gráfico acima podemos perceber que a graduação foi intensificada no período de 1981 a 1985, porém é importante ressaltar sua estabilidade quando nos referimos aos anos de formação a partir de 1996, isso leva em consideração as inovações que surgiram no país a partir da Constituição de 1988, bem como a LOAS e o Novo Código de Ética já incorporado neste período pelas Universidades.

Outro ponto importante a ser abordado refere-se ao fato da atual formação destas assistentes sociais:

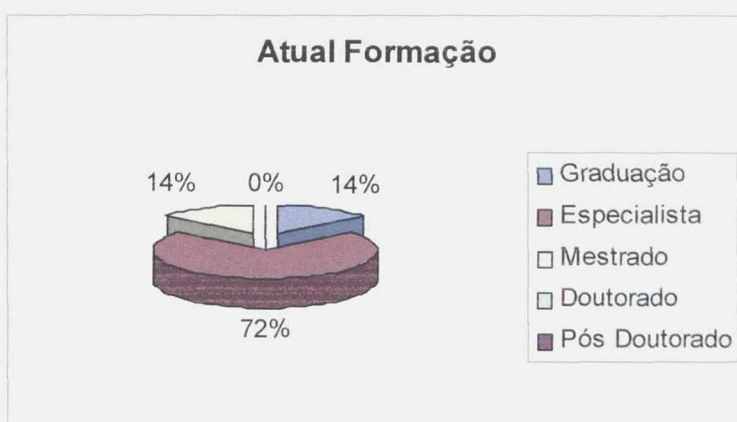


Gráfico 2 - Atual Formação.
Fonte primária (2005).

Podemos verificar que em relação ao grau de formação das Assistentes Sociais pesquisadas 72% são especializadas, ou possuem alguma pós-graduação, 14% possuem apenas a graduação e as outras 14% mestrado; Não há nenhuma Assistente Social pesquisada que possui doutorado ou pós-doutorado em nenhuma área.

É certo colocarmos que a maioria das profissionais pesquisadas são especialistas, isto nos remete a um aspecto importante no processo ético político da profissão, quando nos referimos ao compromisso ético expresso no código de ética profissional, mais precisamente no sétimo princípio “garantia do pluralismo por meio do respeito as correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Fica claro neste gráfico a importância dos assistentes sociais nos permanentes debates e produções literárias no qual constitui um verdadeiro elo para o agir profissional.

Entretanto, limitações e possibilidades são possíveis de ver, no próximo item falaremos claramente quanto a estes aspectos, pautados na pesquisa realizada.

3.2 AS LIMITAÇÕES DA PRÁTICA EM RELAÇÃO À TEORIA

Enfrentar as múltiplas expressões da questão social que se apresentam numa configuração cada vez mais gritante é uma das perspectivas da profissão, principalmente quando se fala em Plantão social, a qual não enfrenta as questões apresentadas, legitima o paternalismo existente, com concessões de benefícios que não fornecem a possibilidade do individuo em buscar sua autonomia enquanto ser portador de direitos.

O plantão social apenas fornece a ilusão de cidadania, uma vez que este é configurado e re-configurado a cada novo mandato. Ele recebe apenas uma nova nomenclatura, porém a sua síntese continua a mesma: de subalternidade e exclusão. Isto implica numa reprodução de conceitos vivenciados por assistentes sociais conformistas que não se articulam, não se teorizam para obter uma realidade transformadora. O empoderamento de informações traz uma gama de benefícios aos usuários da rede pública, é dever do assistente social e está claro, como já mencionado anteriormente quanto ao Décimo Princípio Ético da Profissão que é “*Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população*”

e com aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional” (Código de Ética, 1993).

Para elucidar melhor o tema, voltemos a pesquisa exploratória, nela foram perguntadas as assistentes sociais sobre o conteúdo teórico aprendido nas universidades enquanto graduandas de Serviço Social, se este conteúdo fez ou faz parte de sua prática hoje, uma assistente social respondeu da seguinte maneira:

“Penso que não ” todo“, mas o conteúdo teórico é sempre acionado quando estamos atendendo, realizando nossos estudos e pareceres sociais ou mesmo quando discutimos nosso cotidiano e a situação dos usuários. A formação profissional para mim é contínuo-permanente, então, estamos sempre lendo/procurando conhecer aquilo que também está relacionado à realidade social com a qual trabalhamos. Mas ao mesmo tempo, percebo que muitas vezes há uma “fratura” entre a teoria e a prática e nos sentimos impotentes”.

Assistente Social nº 01

Seguindo o raciocínio da Assistente Social citada acima, a “fratura” existente entre teoria e prática pode ser definida por duas hipóteses:

1 – o profissional não está teorizado o suficiente para estar dentro do mercado de trabalho, portanto houve uma falha dele em não se apropriar de conteúdos condizentes a realidade social vivenciada pela sociedade.

2 – as universidades estão distantes o suficiente para não serem capazes de mostrar ao aluno a realidade vivenciada pela maioria da população.

Sabemos das limitações impostas pela atual situação monetária em que se encontra a classe, porém cursos são oferecidos para atualizações. É também uma questão de interesse dos profissionais em aprimorarem-se e reivindicar aos órgãos contratadores este tipo de auxílio. Quanto à outra hipótese mencionada, sabe-se que as universidades formam profissionais gerais, não se formam especialistas em curso de graduação.

Cabe ao Assistente Social coadunado ao Código de Ética da Profissão buscar meios de se atualizar, de manter sua autonomia profissional através de um trabalho centrado na equidade e justiça social. Buscam-se ainda subsídios para o constante aprimoramento, investimento em cursos para atualizações, porém é importante ressaltar que tudo o que está colocado vai do interesse de cada profissional em crescer e melhorar seus conhecimentos.

Seguindo a pesquisa encontramos outra fala que mostra tal fragilidade no agir profissional:

“Algumas vezes consigo colocar em prática o conteúdo aprendido na universidade, em outras não por apresentar três motivos aparentes: - pelo próprio desconhecimento (falta de atualização profissional); - pela setorização das políticas públicas; - pela reduzida autonomia financeira em

relação as políticas públicas. O Estado cada vez mais investe menos nos mínimos sociais” assistente social nº 02.

Netto (1996, p.88) ressalta sobre a “fuga para o futuro”, ou seja, existe uma preocupação maior em pensar o futuro das gerações que analisar a realidade vivenciada hoje, pensa-se muito no amanhã, porém não se pensa na emancipação do usuário, continua a ser utilizado estratégias compensatórias que não viabilizam a emancipação do cidadão.

Entende-se que as limitações institucionais impostas hoje interferem no agir profissional, o senso comum e a alienação legitimam estas limitações e criam um processo dicotômico entre teoria e prática. Os profissionais não se tornam autônomos e com isto não fornecem aos usuários dos programas e projetos públicos a possibilidade de emancipação da benevolência da ação do Estado.

Cabe aqui abrir um outro eixo de discussão, quanto ao primeiro damismo, seu contexto histórico como ressaltado no subitem a seguir.

3.2.1 Primeiro damismo: um empasse histórico para o agir profissional

Podemos iniciar este tópico lembrando o surgimento do primeiro damismo no Brasil, com a Sra Leopoldina esposa de Dom Pedro I, levando em consideração o fato de ser esposa de governante e principalmente mulher.

Torres (2002) ressalta a importância desta mulher na independência do Brasil, quando esta não se enquadra nos moldes lusitanos de ser mulher, ou seja, mãe e esposa, Dona Leopoldina era como mulher com vontade política e de forte decisão, na qual conseguiu ser uma grande conselheira para seu esposo como assim coloca a autora “O primeiro-damismo nasce eminentemente como gestão política de racionalidade decisória e de ascendência ao marido governante”.

Quanto a sua condição de mulher a autora continua:

Deve-se sublinhar que não seria a sua condição de mulher que lhe impediria de lutar pela libertação do Brasil. Ao contrário, ela desafiou as convenções sociais de sua época e assumiu efetivamente o papel de ser político de vontade e decisão, que acabou contribuindo para um projeto maior de emancipação do povo brasileiro, ainda que o mérito dessa emancipação política seja discutível. (TORRES, 2002, p.82).

É certo colocarmos que Dona Leopoldina não foi educada como qualquer mulher seria em sua época, esta foi educada com princípios nobres, o que deve se concluir que foi educada para tomar decisões, e não para ser uma simples reprodutora como eram as concepções de educação para as mulheres de seu tempo. Dona Leopoldina assumiu juntamente com seu marido o papel político e é grande responsável pelo desfecho desta parte da história política do Brasil – a sua independência¹¹.

Após Dona Leopoldina, não houve nenhuma outra Primeira Dama no Império com tanta representatividade como esta. Porém, foi na República Velha (1940), ou seja, no Estado Novo que volta à tona o Primeiro Damismo na imagem da Sra. Darcy Vargas, esposa do então presidente da República Sr. Getúlio Vargas.

Esta retomada do primeiro damismo vêm ao encontro com o que ocorria na época com a América Latina, o que podemos dizer que era a influência do peronismo¹² a Primeira Dama da Argentina mais conhecida como Evita Perón, exaltava seu marido Juan Domingues Perón e realizava assistencialismos com a classe subalterna, como, por exemplo, doava seu salário aos pobres e fornecia viagens para Disneylândia para aquelas crianças que nunca haviam nem sonhado com tal situação. Para uma criança que não tinha perspectiva de futuro, uma viagem como esta acrescia simplesmente em sua memória e não no seu potencial para modificar sua história, já que o mais importante não foi investido: em um bom estudo para quiçá, um futuro promissor.

Foi neste contexto, de assistencialismo, juntamente ao início da Segunda Guerra Mundial, que Getúlio Vargas, conhecido como “pai dos pobres”, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que era responsável em dar assistência às famílias dos convocados à Guerra, esta era realizada de modo a prestar serviços desde a maternidade até a velhice, Iamamoto e Carvalho (2005, p.249, grifos do autor) ressaltam o que foi a LBA:

A primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência, é organizada em seqüência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo declarado será o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo o que se relaciona ao esforço de guerra”. Surge a partir de iniciativa de particulares logo encampada e *financiada* pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais e o concurso das *senhoras da sociedade*.

¹¹ Cf. em Torres (2002).

¹² Movimento político criado por Juan Domingues Perón, quando foi Presidente da República da Argentina no período de 1946 a 1955. O mesmo trazia consigo uma imagem paternalista e populista.

Os autores continuam suas análises no que se refere a importância da LBA no país, tendo em vista o papel mobilizador de opinião pública que esta entidade representou. Foram lançadas campanhas nacionais para que todos dessem seu devido apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo. Realizaram-se ainda campanhas como de confecção de ataduras e bandagens, campanha do livro, enfim para acalmar a população aflita com seus provedores na Guerra.

A participação do Brasil na Guerra serviu, na verdade, de pretexto para que o Estado Institucionalizasse os serviços sociais, principalmente no que se refere à assistência social com a criação da LBA. Foi com este propósito que o Presidente Getúlio Vargas nomeou sua esposa Sra Darcy Vargas para presidência desta instituição, dando a LBA um caráter assistencialista e promovendo o seu nome como já citado anteriormente “pai dos pobres”. O que aconteceu com a Primeira dama da Argentina Sra Evita Perón, não ocorreu com a então primeira-dama do Brasil que foi ser consagrada como “Defensora dos Humildes, ou Dama da Esperança ou ainda Mártir do Trabalho”.

Podemos colocar que o trabalho da Sra Darcy Vargas se firmou como atividade de ordem filantrópica e de benemerência no que se refere à atenção a pobreza, pois esta reuniu mulheres da sociedade para prestar assistência as famílias dos soldados enviados a Guerra pela Força Expedicionária Brasileira (FEB). Sua “missão” durou até o ano de 1945, onde se afastou das atividades e ficou apenas como presidente de honra. Imperioso colocar que segundo Torres (op.cit., p. 94) a LBA foi criada especialmente para o trabalho da Sra Darcy Vargas, e quando esta saiu a entidade obteve uma sensível enfraquecida em âmbito nacional. Porém, posteriormente, no ano de 1955 a 1960, assume a presidência desta instituição a Sra Sarah Kubistchek a então Primeira-Dama da República, esposa do Presidente Juscelino Kubistchek, que dá um novo impulso a LBA.

As primeiras-damas que vieram em seguida não obtiveram representatividade, podemos apenas acrescentar a Sra. Yolanda Costa e Silva, esposa do Presidente Costa e Silva, que assumiu a presidência de honra da LBA e desenvolveu atividades assistencialistas, principalmente no âmbito dos estados, fomentando desta maneira, o trabalho das primeiras-damas estaduais.

Depois desde período de reconquista de popularidade da LBA vem o golpe militar e as dificuldades no que se refere à repressão vinda de um governo autoritário e militarista, o que, de certa maneira, dificultou a visibilidade das primeiras-damas neste período vivenciado por um regime autocrático. O Estado passa a assumir as “rédeas” da sociedade civil inclusive,

das iniciativas voluntárias, criando um círculo de medo e apatia. Até mesmo as mulheres de militares tendiam a ser submissas e isto se estendia as famílias da época (TORRES, 2002).

Com a era Collor, ressurge o primeiro-damismo no país com o projeto de governo denominado “Minha Gente”. A então esposa do presidente da República Sra Rosane Collor assume a presidência da LBA, que na época representava o principal órgão de assistência social do governo federal. Rosane Collor de uma hora para outra, tornou-se vocacionada ao trabalho social e sensível às causas populares para atender “com amor e carinho” a classe subalterna que seu marido costumava chamar de “descamisados”, a mesma se tornou um tipo projetado ou fabricado de membro do governo.

Na verdade, esta faceta realizada trata-se de um mero mecanismo de poder que utiliza recursos públicos e a pessoa da primeira - dama para buscar a legitimidade do governo, tendo em vista se tratar de um governante sem bases partidárias e de alianças pouco sólidas (TORRES, *ibid.*, p. 99).

Quanto ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, é importante destacar a extinção da LBA e a instituição do Programa Comunidade Solidária em seu lugar. Este programa, como não poderia ser diferente, foi presidido pela primeira-dama Sra. Ruth Cardoso, no qual visava dar continuidade ao peculiar trabalho realizado pelas primeiras-damas. Sposati (1995, p.127 apud TORRES, *op.cit.*, p.102)

Isto significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do Presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que, na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de “manifesta bondade”, “sensibilidade”, e não de políticas públicas.

Sob essa concepção há um remonte cultural no qual concede ao homem a supremacia sobre a mulher. Em outros termos, cabe ao homem a racionalidade e à mulher a sensibilidade.

Ao que tudo indica, o Programa Comunidade Solidária assume a característica de um programa assistencialista no qual, promovia o desmanche dos direitos sociais, indo na contramão do que preconiza a Constituição e a LOAS, pois se mostrou desfavorável à consolidação da assistência social como política pública.

Sabemos que as primeiras-damas antes de qualquer coisa, até mesmo de sua ética profissional, são esposas dos governantes como assim coloca Torres (2002, p.10):

Do ponto de vista do direito e da cidadania, a ação social paralela ao governo realizado pela primeira-dama é a antipresença do direito e a configuração plena da benemerência como prática do favor. Este caráter é inerente ao fato

de ser “esposa do governante” mesmo que a personalidade dessa mulher e sua ética pessoal nas relações sociais seja de outra ordem.

As primeiras-damas são o que podemos chamar de extensão do poder do marido, pois além de ser esposa do governante, são elas que agem com benemerência aos pobres, que trazem um falso conforto as famílias com suas atitudes de caridade. Estas atitudes não se configuram de fato, o direito inerente do cidadão que está garantido na Constituição como enfatiza Sposati quando coloca sobre os direitos da população:

Afinal, quem são os brasileiros reconhecidos como tendo direitos a ter direitos? A Constituição nos responde: *todos*. Todavia, cabe a questão: será que, de fato, todos, a começar de homens e mulheres públicos, entendem o direito à igualdade a ter direitos extensivos a todos? (SPOSATI apud TORRES 2002; grifos do autor p. 13).

Torres (2002, p.106) ainda coloca que sobre a representação social das primeiras-damas:

[...] a representação social da atuação das primeiras-damas assume padrões arcaicos de relações sociais, que tornam natural a exclusão e potencializam a dependência dos subalternizados, implicando uma baixa ação da cidadania. Desencadeia-se, portanto, um processo de desconstrução e de deseducação da cidadania, enquanto busca de identidade, espaço de representação político-coletiva, e de conquista de direitos.

Na verdade, há uma tendência desencadeada sob a égide da era do não direito, do desmonte de uma série de medidas sociais conquistadas no processo de luta da classe trabalhadora. Isto indica que o papel da primeira-dama reafirma o caráter assistencialista conferido a política, e traz a tona uma ampla ideologia de submissão e subalternidade.

3.2.2 Autonomia profissional

Fizemos o seguinte questionamento quanto à autonomia profissional:

Você se considera um profissional dotado de autonomia?

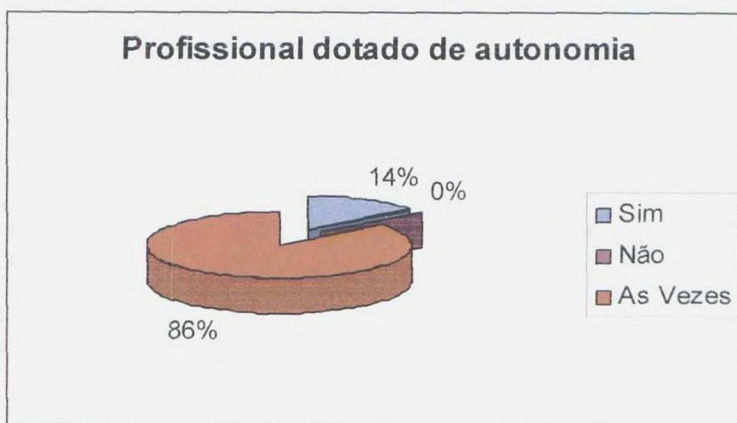


Gráfico 3 - Autonomia profissional
Fonte primária (2005).

Como sabemos a autonomia profissional vem de uma série de fatores, segundo o Dicionário Aurélio (1988, p.74), autonomia é a “Liberdade ou independência moral ou intelectual” ou ainda, podemos recorrer também o Diccionario de Trabajo Social de Ezequiel Ander – Egg (1974, p. 33) “Estado y condición del pueblo que goza de entera independencia política. Condición del individuo que decide por si mismo”. Sabemos dos impasses institucionais impostos ao profissional e isto não justifica o surpreendente resultado de 86% das assistentes sociais responderem que apenas às vezes sentem-se capazes de exercer sua autonomia profissional, 14% sentem-se dotadas de autonomia e nenhuma respondeu que não há autonomia alguma.

Este fato nos remete a um outro aspecto da autonomia, o fato do autoritarismo ser um agravante no agir profissional. Vasconcelos (1985, p. 47-53) vislumbra tal questão apontando a naturalização apresentada pela sociedade no que diz respeito à autoridade e dominação de uns sobre os outros.

Perante este questionamento, perguntamos se a atual administração da Prefeitura Municipal de Florianópolis fornece condições para o exercício da autonomia profissional.

3.2.3 Exercício da autonomia profissional

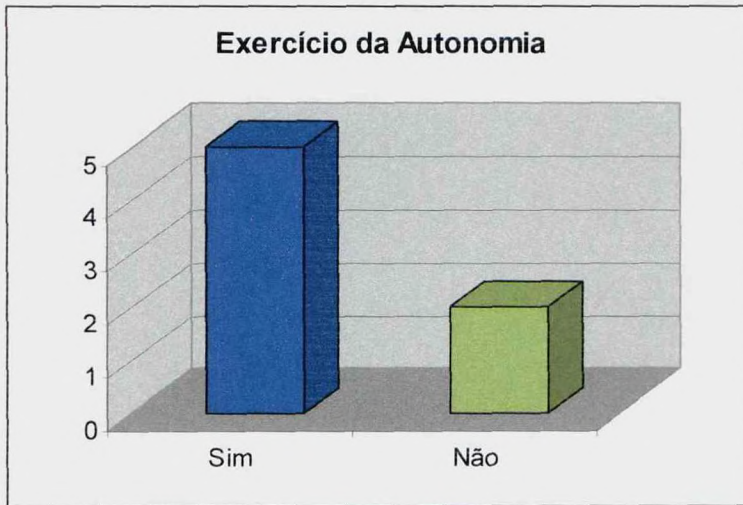


Gráfico 4 - Exercício da Autonomia
Fonte primária (2005).

Conforme o gráfico acima, aproximadamente 72% das assistentes sociais responderam que sim enquanto o restante, quase 28% respondeu que não. Diante deste fato questionamos o porquê?

Obtivemos as seguintes respostas:

“Sim, pois a atual administração solicita e respeita minha opinião enquanto profissional proporcionando-me a autonomia necessária para realizar minhas atividades” (assistente social nº 03).

“A autonomia profissional depende muito do próprio profissional. Na atual administração sinto abertura e oportunidade para tal. Estamos tendo espaço para propor e desenvolver nosso trabalho” (assistente social nº 04).

No setor de planejamento, exercemos e aplicamos o conteúdo teórico – prático do Serviço Social. As propostas são discutidas e acatadas pela atual Gerência, as decisões em nível de assessoria técnica são discutidas no grupo – busca o consenso dentro da realidade em que vivemos. (assistente social nº 05).

Outro grupo de profissionais respondeu o contrário, vejamos a seguir seus comentários:

“Na verdade entendo que “não” porque temos critérios e hierarquias a observar, que colocam determinados limites a nossa atuação” (assistente social nº 01).

“Em certos momentos temos que respeitar decisões vindas das chefias (hierarquias) e critérios pré-estabelecidos” (assistente social nº 02)

Estas citações demonstram a falta de autonomia profissional, e por que não dizermos que existe a falta de liberdade profissional? Já que estas profissionais não se sentem capazes de articular com as chefias e fazer valer suas opiniões enquanto profissionais coadunadas aos princípios éticos, (conforme veremos mais à frente neste trabalho).

O autoritarismo é um verdadeiro agravante no exercício da autonomia profissional, porém não basta que apenas um grupo almeje que este autoritarismo velado venha ao seu término, é necessária uma organização coletiva, ao nível das massas interessadas para que juntos possam recriar uma nova sociedade (VASCONCELOS, 1985), com o propósito pontuado nos direitos sociais.

No campo do exercício profissional, a conformidade quanto à visão determinista e fatalista da realidade sinaliza a renúncia da liberdade profissional, constrói um espaço de submissão e passividade (PAIVA e SALES, 1996). É indiscutível, portanto, fazer do espaço da autonomia profissional um campo de construção de alternativas e possibilidades criativas que viabilizem a concretização do projeto ético-político profissional.

O exercício do Serviço Social só será compreendido nessa perspectiva, da reinvenção do cotidiano, da iniciativa, fruto da crítica social e do dimensionamento das estratégias político – profissionais, a exigir uma delicada sintonia entre o saber técnico e a competência política (PAIVA e SALES, 1996, p. 183).

Partindo deste pressuposto, podemos dizer que o espaço da autonomia profissional só poderá ser construído como campo de luta pela garantia de direitos quando associado à dimensão da competência técnica e política.

Fica claro que algumas profissionais entendem o quanto é importante ser dotada de autonomia para realizar suas atividades, porém, muitas estão presas as amarras institucionais, o que é bom para instituição nem sempre é bom para o usuário, a partir disto estas não estão garantindo o direito do cidadão, não estão seguindo os princípios norteadores da profissão. No entanto, estas profissionais não percebem que de fato encontram-se tão institucionalizados quanto os usuários da rede pública, e não compreendem que estão se comprometendo eticamente.

3.2.4 Profissional Ético

Questionamos se as assistentes sociais se consideram profissionais éticas:



Gráfico 5 - Profissional ético
Fonte primária (2005).

A maioria respondeu que sim cerca de 85%, nenhuma respondeu que não, e apenas 15% respondeu que às vezes se considera um profissional ético. O código atual tem como eixo princípios fundamentais que apontam para um conjunto de valores que norteia o agir profissional. Dentre esses princípios vale destacar: o reconhecimento da liberdade como princípio fundamental; a defesa intransigente dos direitos humanos; a defesa do aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia na socialização da participação política e da riqueza; posicionamento a favor da equidade e justiça social; o que implica na universalidade no acesso a bens e serviços pautados na gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e na busca pela garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; e o comprometimento com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

É imprescindível, que a ética pessoal não seja desvinculada da ética profissional, pois o assistente social que atua coadunado ao Código de Ética da profissão tem uma outra percepção da realidade vivenciada, está respaldado e possui autonomia e competência profissional o suficiente para realizar com êxito suas atividades profissionais.

Há um contraponto neste gráfico, comparado com o anterior. A partir do momento que o profissional se considera ético, ele não deve ter apenas um pouco de autonomia para agir, torna-se uma situação complexa, porque pensemos no seguinte: somos eticamente corretos, somos a favor da equidade e justiça social, mesmo assim encaramos os usuários como clientes, como subalternos? É complexo, como já mencionado, mas também é extremamente contraditório.

3.2.5 Princípios Éticos

Você incorpora os Princípios Éticos da profissão?

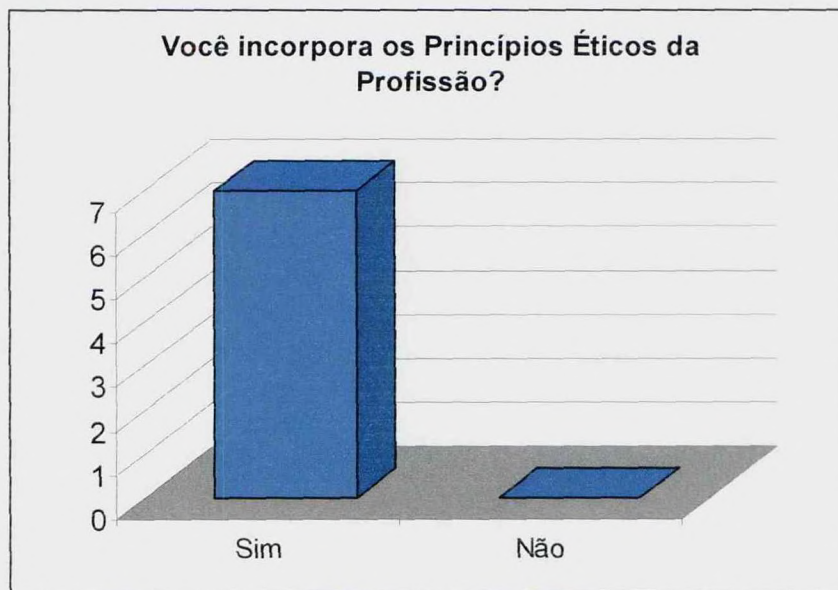


Gráfico 6 - Princípios Éticos
Fonte primária (2005).

Interessante pontuarmos o que coloca Iamamoto (2002, p.21):

A efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

Todas as assistentes sociais pesquisadas responderam afirmativamente, que incorporam os princípios éticos da profissão no seu cotidiano. Importante ressaltarmos o que Paiva e Sales elecam quanto à concepção de liberdade, um valor ético essencial para o fazer profissional. A liberdade é concebida como uma construção coletiva. No entanto, contém uma dimensão individual, ao considerar o indivíduo como fonte de valor, como um sujeito com direito à liberdade.

Imperioso ressaltarmos que os princípios éticos, bem como o atual código de ética têm a pretensão de motivar os profissionais em prol das práticas emancipatórias e igualitárias da sociedade.

3.2.6 Planejamento e execução das Políticas Públicas

Foi questionado as Assistentes Sociais o seguinte:

Você é chamada a participar no planejamento para realização das políticas públicas ou apenas para executá-las?

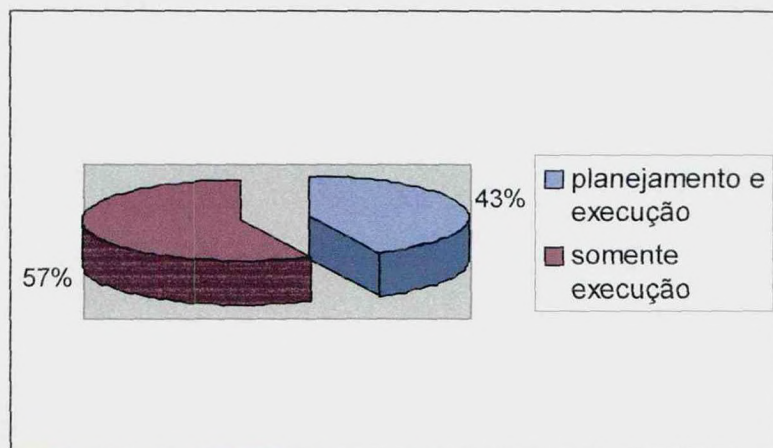


Gráfico 7 - Planejamento e Execução das Políticas Públicas
Fonte primária (2005).

Conforme o gráfico anterior, 57% das profissionais pesquisadas participam apenas do planejamento e as outras 43% participam não só do planejamento como também da execução das políticas públicas.

Cabe aqui fazermos uma ressalva e um novo questionamento para reflexão. Se estas profissionais acreditam que incorporam os princípios éticos, se elas se denominam profissionais éticas, como então aceitam apenas participar na execução das políticas públicas? A tarefa de quem executa é saber onde estão as falhas, detectá-las para não repeti-las no próximo Plano Pluri Anual. Faz parte da autonomia profissional “saber fazer” ou como aponta Rios (1997, p. 09) “[...] ser competente é saber fazer bem o dever”.

3.2.7 Facilidade em executar as políticas públicas

A atual administração da Prefeitura Municipal de Florianópolis tem facilitado na execução das Políticas Públicas?

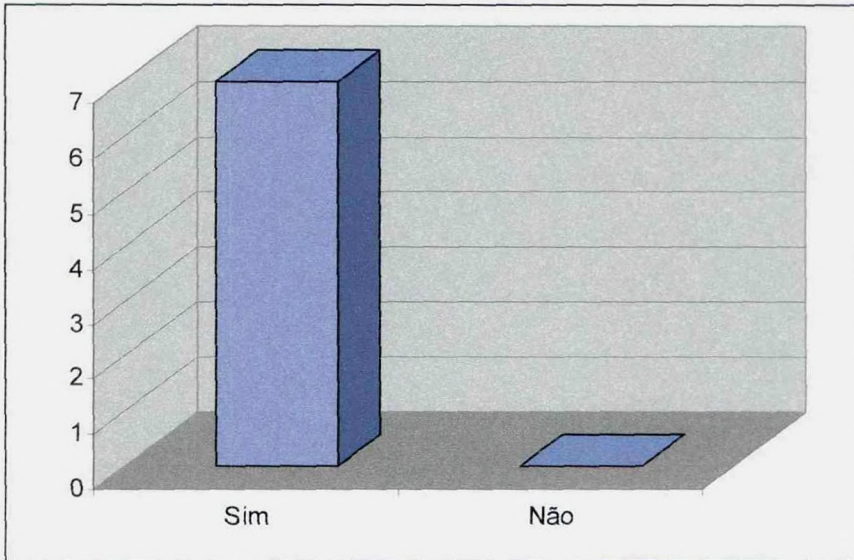


Gráfico 8 - Facilidade em executar as Políticas Públicas
Fonte primária (2005).

Com unanimidade, todas as Assistentes Sociais responderam que sim, isto aponta um novo começo para o planejamento e execução destas políticas voltadas para subalternidade. Vivemos numa época de regressão dos direitos, como aponta Yamamoto (2005), no entanto, é preciso uma maior conscientização da classe em se pautar na defesa intransigente dos direitos socialmente conquistados pela sociedade. É hora de se preocupar mais com as expressões da questão social, deixar de lado o senso comum e buscar prover autonomia aos usuários das políticas públicas.

3.2.8 Exclusão ou privilégio relacionado aos usuários

Questionamos as Assistentes Sociais se alguma vez haviam presenciado algum tipo de exclusão ou privilégio cometido por algum profissional de Serviço Social em relação aos usuários, obtivemos as seguintes respostas:

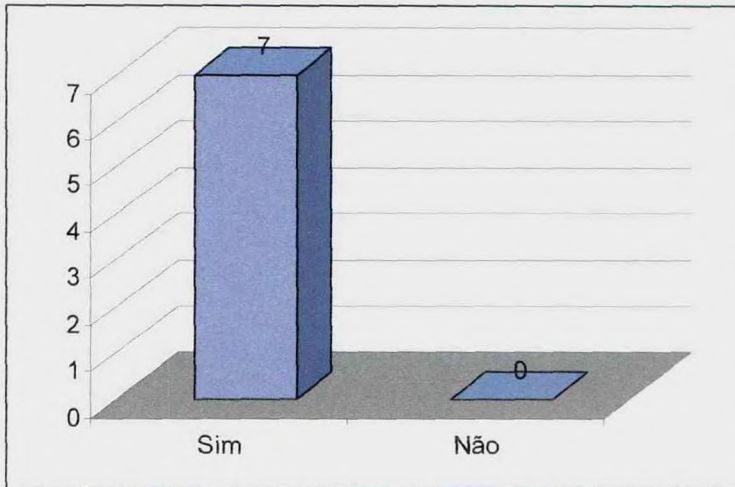


Gráfico 9 - Exclusão ou privilégio relacionado aos usuários
Fonte primária (2005)

Todas já presenciaram este tipo de acontecimento, o que não podemos entender é como isto, nos dias atuais ainda pode ocorrer? Vejamos um exemplo expresso por Yazbek (1999, p.83-90)

Durval, 49 anos, nascido na zona rural da Bahia em uma família de sete irmãos. Coursou apenas o primeiro ano escolar, dedicando-se a trabalhos agrícolas até a idade de 19 anos, quando veio para São Paulo para trabalhar como servente de pedreiro. Aos 22 anos sofreu um grave acidente que o incapacitou para o exercício de sua profissão. A partir daí realiza tratamento médico contínuo de úlceras varicosas [...], necessitando comparecer três vezes por semana ao Hospital das Clínicas para curativos. Há alguns anos recebe auxílio condução do Serviço Social do Hospital, para poder cumprir o tratamento. Esporadicamente, recebe mantimento da Igreja de Cangaíba e do Posto de Atendimento à População com Problemas de Subsistência da Secretaria de Bem Estar Social do Município de São Paulo (APPS). Sendo um doente crônico, sobrevive de biscates diversificados: possui um carrinho para venda de doces, vende talões da zona azul, canetas e às vezes toma conta de um ginásio [...] Sua renda não chega a um salário mínimo. [...] recebe grande apoio de seus vizinhos na favela onde mora.

Quantos Josés, Anas, e Terezas não se encontram na mesma situação de “Durval”?

Cartaxo (1995, p.126-141) analisa ainda outro aspecto, o do conformismo dos usuários em estar dependendo daquele tipo de atendimento não só da concessão do benefício, mas também da qualidade do atendimento prestado a estes cidadãos, ou seja, o tratamento conferido a eles, em seu livro *Estratégias de Sobrevivência* a autora coloca como os assegurados da previdência Social tratam os funcionários:

“Eu trato muito bem, com educação. O único meio de ser bem tratado é tratar bem” ou ainda “eu procuro tratar com respeito, às vezes me aborreço, respondo, mas com educação, faço o possível para não responder, embora tenha motivo”.

Com freqüência ocorrem grandes agradecimentos e até presenteiam os funcionários por terem sido atendidos com o benefício e por terem sido bem tratados. Isso não se configura como direito à cidadania, mas como uma simples concessão de benefícios.

É complexo pensarmos na subalternidade como algo do cotidiano (normatizado), a partir do momento em que não estamos passando por situações como estas. Sendo necessário que haja compaixão aliada a vontade: vontade de mudar, de criticar, de refletir, de conscientizar as pessoas de seus direitos.

3.2.9 Vínculo empregatício

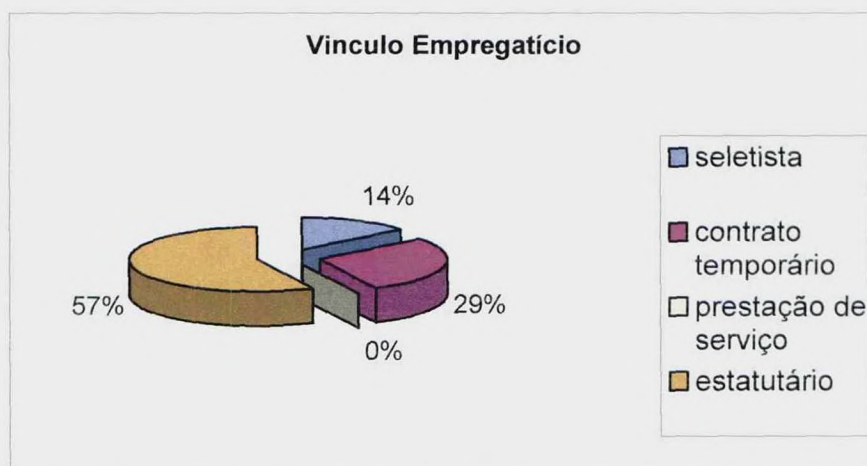


Gráfico 10 – Vínculo Empregatício
Fonte primária (2005).

Em relação ao tipo de vínculo empregatício, 57% das profissionais pesquisadas afirmam estabelecer vínculo institucional através do regime de estatuto, 29% correspondem as profissionais que estabelecem contratos temporários. O percentual de 14% corresponde as profissionais que trabalham conforme o regime celetista (CLT), ao passo que nenhuma assistente social entrevistada presta serviços em caráter autônomo.

Fazendo um comparativo com a pesquisa realizada pela Assistente Social Renata Nunes no ano de 2004, sobre o perfil profissional dos assistentes sociais de Santa Catarina podemos tecer uma análise. Em nossa pesquisa a maioria das profissionais estabelece vínculo profissional através de estatuto assim como em todo Estado (53,2%), para a pesquisa de Nunes em seguida vem os celetistas com 24,1% em terceiro encontram-se os profissionais que

realizam trabalhos temporários 12,7% o que em nosso caso não ocorre, o número é maior 29%. Enquanto 4,7% realizam trabalhos temporários.

Através dos dados aqui apresentados pode-se tecer algumas análises sobre a situação trabalhista dos profissionais de Serviço Social.

Netto (1996, p.123, grifos do autor), coloca sobre a prospecção do mercado de trabalho do assistente social:

Já surge a tendência à terceirização do trabalho desses próprios profissionais, com vistas à redução do quadro de técnicos com vínculos empregatícios com empresas, estimulando-se a “iniciativa pessoal” a “autonomia profissional” e os devaneios acerca de um novo estatuto “liberal” para profissionais envolvidos.

Seguindo a lógica de Netto (1996), concretiza-se que não apenas empresas terceirizam profissionais, como também órgãos públicos estão aderindo a este fenômeno¹³ basta observar o gráfico anterior 29% das entrevistadas são contratadas.

3.2.10 Renda

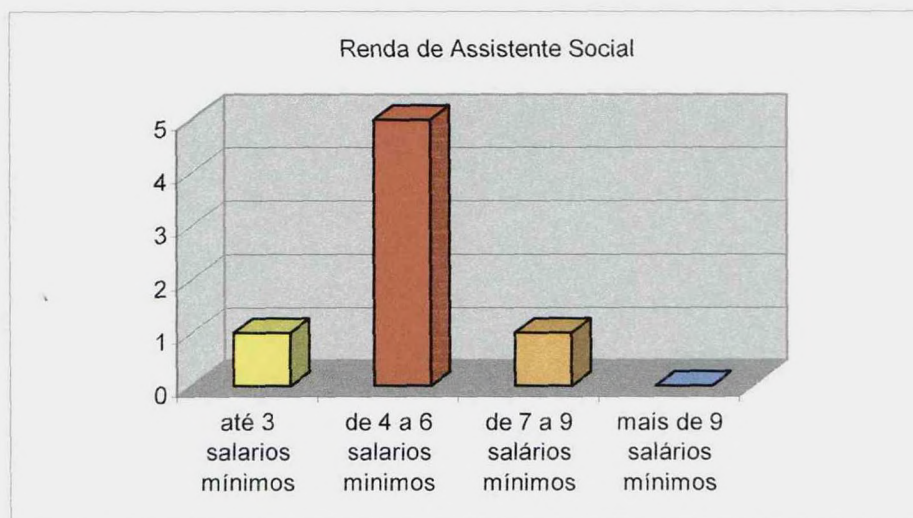


Gráfico 11 - Renda de Assistente Social
Fonte primária (2005).

¹³ Podemos citar que a Prefeitura Municipal de Florianópolis contrata seus profissionais através da Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV).

Em relação à renda na área de Serviço Social, 71,4% revelam ter renda compreendendo de 4 a 6 salários mínimos, (ou de R\$ 1.200,00 a 1.800,00); 14,3% afirmam ter a renda de até 3 salários mínimos (ou até R\$ 900,00); as outras 14,3% das assistentes sociais declaram receber a quantia de 7 a 9 salários mínimos ou seja, de R\$ 2.100,00 a R\$ 2.700,00, nenhuma assistente social declarou que ganha acima de 9 salários mínimos.

Cabe aqui ressaltarmos que a profissão é predominantemente feminina, e que está inserida, portanto na desigualdade e da desvalorização da mulher no mercado de trabalho. A desvalorização do profissional de Serviço Social pode estar vinculada a imagem social da profissão, muitas vezes entendida como um simples exercício da filantropia.

Todavia, segundo Abreu (2002) a questão da valorização profissional demanda o enfrentamento coletivo dos assistentes sociais na perspectiva da criação, avanço e ampliação de condições teórico - metodológicas e político – ideológica no embate as novas e tradicionais expressões da questão social, a partir de ações estratégicas que possibilitem construir respostas profissionais comprometidas com interesses das classes subalternas.

De acordo com o que mostrou o levantamento realizado, as assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais especificamente aquelas que atuam no Projeto Sócio - Emergencial, percebem uma quantia mensal de R\$ 1.300,00 (em média), trabalham no regime estatutário, não se sentem dotadas de autonomia profissional por completo, acreditam incorporar os princípios éticos da profissão e se consideram profissionais éticas.

Diante deste quadro, podemos observar limites impostos pelos órgãos contratadores, bem como impostos também por cada profissional que não se adequa a situações da realidade vivenciada. Possibilidades existem, basta que aja uma articulação na classe reivindicando desde melhorias salariais, passando pelo aumento nos recursos fornecidos para o enfrentamento das questões sociais para chegar então, numa real efetivação dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu conhecer melhor o universo das assistentes sociais que atuam em Plantão Social, buscando levantar características que apontassem o perfil destas profissionais, considerando, principalmente, seu processo de trabalho.

O resgate histórico do Serviço Social possibilitou alcançar elementos que pudessem contribuir para a compreensão do presente estudo, considerando as principais questões na trajetória da profissão. Cabe ressaltar, dessa forma, que o Serviço Social se consolida como profissão no Brasil no início da década de 1930, sendo uma profissão intimamente ligada às ações da Igreja. No final da década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social, o Estado e a sociedade passam por transformações políticas ligadas à crise no padrão de acumulação capitalista, marcada pelo período desenvolvimentista, dando entrada a internacionalização da economia e o fortalecimento do capital internacional, deixando, desta maneira, para o segundo plano, as políticas sociais. Neste período, o Serviço Social se encontrou restringido à ação assistencial. Na década de 1960 e 1970 ocorre a ruptura do projeto tradicional, na tentativa de romper com o conservadorismo da profissão. Nessa perspectiva, o processo de Reconceituação foi impulsionado, através de suas bases teórico-metodológicas, conferindo reconhecimento do caráter ético - político do Serviço Social.

Os anos 1990 são assinalados pela consolidação da globalização, marcado pela flexibilização do trabalho, pela anulação das fronteiras nacionais, pela supremacia do capital financeiro dentre outros aspectos já citados neste trabalho. A globalização está aliada a um grande processo de desapropriação dos direitos sociais, partindo deste pressuposto adentramos no processo de trabalho do assistente social, no qual deveria ser um propulsor das políticas públicas garantidoras dos direitos sociais.

Podemos considerar que não existe prática sem estar relacionada à teoria, portanto, existe uma falsa idéia de um processo dicotômico, desarticulado entre teoria e prática no Serviço Social. A necessidade de se “alargar horizontes” deve vir da intenção de cada profissional em se apropriar de conhecimentos, e não esperar um poder “miraculoso”. É primordial que o assistente social vislumbre sua prática através de uma atitude crítica, reflexiva e com propriedade do que considera certo, ético e compatível ao seu trabalho. Para tanto, o profissional tem um aporte vasto para consolidar seu trabalho. É importante que este

esteja atualizado para construir sólida e permanentemente o seu processo de trabalho no cotidiano institucional.

Dando ênfase ao levantamento realizado, podemos constatar que as assistentes sociais pesquisadas estão formadas entre 1981 a 1985 (43%), sua atual formação enquanto profissional, coadunado aos princípios éticos, de constante aprimoramento, são de 72% especializadas. Quanto à autonomia profissional, podemos constatar que 86% acreditam que apenas às vezes são dotadas de autonomia profissional, enquanto 72% afirmam que a Prefeitura Municipal de Florianópolis fornece a autonomia necessária para realização do seu agir profissional. Destas profissionais, 85% se denominam profissionais éticos e 15% acreditam que apenas às vezes agem eticamente para com os usuários. 100% das profissionais incorporam os princípios éticos da profissão, um contraponto se compararmos que 15% não agem eticamente.

Continuando com o levantamento, 57% das assistentes sociais participam apenas da execução das Políticas Públicas, enquanto 43% planejam e executam as Políticas Públicas municipais. Quando perguntado sobre a facilidade da execução das políticas públicas obtemos a seguinte resposta: 100% das assistentes sociais garantem que a Prefeitura Municipal de Florianópolis tem facilitado na execução das Políticas Públicas. Seguindo o peculiar perfil profissional, constatamos que 100% das assistentes sociais já presenciaram algum tipo de privilégio ou exclusão de usuário.

Quanto ao vínculo empregatício, 57% estão inseridas no regime estatutário, sendo que 29% são contratadas temporariamente. Verifica-se, neste dado, que apenas uma pequena maioria dos assistentes sociais são regidos pelo estatuto do servidor, no entanto, é importante salientar quanto à incidência marcante de contratos temporários, fato este que é reflexo de um processo de precarização do trabalho, acarretando conseqüentemente perda de direitos trabalhistas.

No que se refere à questão da renda profissional, a faixa de salário média é de R\$ 1.300,00. Porém, é importante destacar que há um número considerável de profissionais que tem uma renda mensal de até 3 salários mínimos. Assim, observa-se que este profissional não é valorizado, ainda que este profissional possua mestrado na área de Serviço Social. Isto nos remete a um outro campo mais complexo da sociedade, quanto à relação de gênero bem como a imagem social da profissão, e também a ausência de carreira do assistente social.

Assim, com base no perfil profissional, podemos observar a relação teórico – prática que a profissão vem desenvolvendo, sua correlação no agir e na competência profissional visando um vislumbramento da profissão na qual fornece um aporte de conhecimento

especializado para o enfrentamento das questões sociais. Netto (1996, p. 87-127), ressalta a importância da legitimação profissional através do desenvolvimento de novas competências, sócio-políticas e teórico-instrumentais, com a intenção de promover o alargamento no campo de intervenção. Cabe aqui destacar, que as competências ditas pelo autor, nos remetem ao campo da pesquisa, da produção de conhecimento e de alternativas de instrumentalização, para o Serviço Social isto se refere ao conhecimento da realidade social, requisito profissional ainda pouco sedimentado no cotidiano institucional do Serviço Social.

Segundo Rios (2002), falar em competência significa saber fazer bem, aproximando enquanto sinônimo, da posição dos educadores que apresentam esse saber fazer bem numa dupla dimensão: “técnica e política”.

Podemos completar ainda, que além de técnico e político, outras dimensões se unem para decifrar o que é ser competente. Yamamoto (2001, p.80, grifos nossos), ser competente supõe as dimensões teórico - técnicas, e ético - políticas que subordinem “[...] o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este, ao ‘deve ser’, sem perder de vista seu engajamento no processo social [...]”.

Como a própria autora afirma, é necessário ir além da visão endógena do Serviço Social e perceber o movimento da realidade, ter conhecimento teórico metodológico que permita interpretar criticamente o seu contexto de trabalho. “Enfim, requer uma nova natureza do trabalho profissional, que não recusa as tarefas socialmente atribuídas a esse profissional, mas lhe atribui um tratamento teórico - metodológico e ético - político diferenciado” (IAMAMOTO, *ibid*, *loc.cit.*).

Entendemos que a construção da profissão não se dá apenas no âmbito da universidade, mas no cotidiano profissional. São as assistentes sociais que constroem a profissão com a ação profissional, com uma incessante busca do aperfeiçoamento, da competência indo além das fronteiras do Serviço Social.

No que se refere aos elementos levantados neste trabalho, cabe ressaltar o perfil do assistente social que atua em plantão social no município de Florianópolis, cujo é marcado por intensas contradições. É fundamental pontuar sobre o desafio profissional que vem sendo marcado neste início de século. É importante que o profissional construa propostas criativas de enfrentamento das questões postas para além das condições vigentes, tendo em vista a necessidade de se recriar soluções que apontem para o sentido da efetivação dos direitos sociais e não para a adaptação ou adequação das normas vigentes.

E para finalizar de nada adianta nos considerarmos pessoas éticas e continuarmos a seguir o senso comum, a ideologia imposta e não termos liberdade de decidirmos o que realmente queremos e acreditamos, por tanto sigamos o que Heller aponta:

Toda pessoa tem a liberdade de não reconhecer nenhum valor moral. Mas [...], isso não a ajuda a ser livre. Hegel tinha razão quando distinguiu entre liberdade e arbítrio. A liberdade é sempre liberdade para algo, e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo... O próprio conceito de liberdade contém o conceito de dever, o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são. (HELLER apud BARROCO, 2003, p.03).

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético – político.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004.
- ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico – conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. Ano XXV Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, 2004, p.43-71.
- BARROCO M. L. S. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético – político do Serviço Social.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. Ano XXV Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, 2004, p.27-42.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BONETTI, D.; SILVA, M. SALES, M. GONELLI, V. (Org.) **Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 1996.
- BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e projeto ético – político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. Ano XXV Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, 2004, p.108-132.
- BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 2003.
- _____. **Constituição Federal**, 1988. Brasília: ed. do Senado, 2003.
- _____. **Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8.742/93.** Brasília: 2003.
- _____. **Política Nacional da Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: nov. 2004.
- CALOBRIDEE, M.D. D. **Ética no Serviço Social.** In: apostilas e textos. Disponível em http://www.ite.edu.br/frentesocial_dis.htm acessado em 06 jun.. 2003.
- CARTAXO, A. M. B. **Estratégias de Sobrevivência: a previdência e o serviço social.** São Paulo: Cortez, 1996.
- CÁRGANO, D. F. R. **Os Princípios Éticos e a mediação na prática profissional dos Assistentes Sociais da Prefeitura Municipal de Blumenau.** Florianópolis: UFSC, 2003, 127p.
- CORREIA, D. de S. **A Política de Assistência Social e as parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil: Um resgate histórico do município de Florianópolis.** Florianópolis: UFSC, 2004.

CFESS, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: UNB.**

CRESS. **Coletânea de Legislações: Direito de Cidadania.** Curitiba: CRESS (11^a. Região), nov. 2003.

_____. **Projeto de Multiplicação: Ética em Movimento. Relatório CRESS 12^a Região.** Florianópolis: 2000, In Mimeo, p.01-19.

DICIONÁRIO AURELIO ESCOLAR DA LINGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

DICCIONARIO DE TRABAJO SOCIAL DE EZEQUIEL ANDER – EGG. Ecro-ILPH, 1974.

FERREIRA, M. E. **Construindo uma Atitude Investigativa.** Porto Alegre: ABEPSS, 2004, In Mimeo, p.01-10.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social.** In: CFESS, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: UNB, p.51-62.**

_____. **O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo elementos para o debate.** In: *Revista Katálysis*. V.8 n.2 jul./dez. Florianópolis: Ed Ufsc, 2005, p.147-154.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica.** São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional.** In: *Revista Katálysis*. V.8 n.2 jul./dez. Florianópolis: Ed Ufsc, 2005, p.139-142.

KISNERMAN, N.. **Ética para o Serviço Social.** Petrópolis: Vozes, 1976.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social Identidade e Alienação.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, V. de B.; PAIVA, B. A. **A implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 73. São Paulo: Cortez, 2003.

NICOLAU, M. C.C. **Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. Ano XXV Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, 2004, p.82-107.

NUNES, R. **O Assistente Social em Santa Catarina e as Novas Configurações Societárias.** Florianópolis: UFSC, 2004.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** In: *Serviço Social & Sociedade*, XVII, n°50, São Paulo, Cortez, abr. 1996, p.87-132.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **A Conjuntura Brasileira: o Serviço Social posto à prova.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 79. Ano XXV Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIVA, B. A.; SALES M. **A nova ética profissional: práxis e princípios.** In: BONETTI, D.; SILVA, M. SALES, M. GONELLI, V. (Org.) **Serviço Social e Ética: um convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, B. A. **Reflexões sobre a pesquisa e processos de formulação e gestão.** In: CFESS, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais.** Brasília: UNB, p.79-94.

PEREIRA, P. A. P. **A política social no contexto da seguridade social e do welfare state: a particularidade da assistência social.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.

PLANO PLURI ANUAL. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, [entre 2002 e 2005]

RIOS, T. A. **Ética e Competência.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SARMENTO, H. B. de M. **Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais.** In: CFESS, Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais.** Brasília: UNB, p.96-110.

SILVA, M. O. e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A.O. **Cidadania e comunidade solidária no Governo Fernando Henrique Cardoso.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 48. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A assistência social no governo Fernando Henrique Cardoso.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 47. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **“Prefácio.”**In: TORRES I. C. **As primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Rosany Barcellos de; AZEREDO, Verônica Gonçalves. **O Assistente Social e a Ação Competente: a dinâmica cotidiana.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 80. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Questões teórico – práticas do Serviço Social: o reconhecimento profissional.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, A. M. **Intenção + Ação no Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 1985.

VICENTE, A. P. M. e S. **O perfil e as demandas do usuário do projeto sócio-emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis.** Florianópolis: UFSC, 2005.

YAZBEK, M. C. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social.** In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 56. São Paulo: Cortez, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário do Perfil Profissional do Assistente Social do Projeto Sócio-Emergencial da SMCAIFDS da Prefeitura Municipal de Florianópolis

QUESTIONÁRIO

01. Sabemos da importância do Código de Ética na prática profissional. Em algum momento você teve que recorrer a ele?

SIM NÃO

02. A atual administração da Prefeitura Municipal de Florianópolis tem facilitado na execução de Políticas Públicas?

SIM NÃO

03. Você é chamado a participar no planejamento para realização das políticas públicas ou apenas para executá-las?

planejamento e execução somente execução

04. Você se considera um profissional ético?

SIM NÃO AS VEZES

05. Você se considera um profissional dotado de autonomia?

SIM NÃO AS VEZES

06. Você já se sentiu excluído ou discriminado no seu ambiente de trabalho?

SIM NÃO

07. Você já presenciou algum tipo de exclusão ou privilégio cometido por um assistente social em relação ao usuário?

SIM NÃO

08. Você acredita que incorpora os princípios éticos em seu cotidiano profissional?

() SIM () NÃO

09. Você já presenciou algum assistente social extrapolando o âmbito das competências profissionais?

() SIM () NÃO

10. A atual administração da Prefeitura Municipal de Florianópolis fornece condições para exercer sua autonomia profissional?

() SIM () NÃO

Por quê?

-

11. De todo conteúdo teórico apreendido nos anos de formação profissional, você consegue colocá-los atualmente em prática?

() SIM () NÃO

Por quê?

-

PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL

01. Idade: _____

02. Ano de Conclusão da Graduação em Serviço Social: _____

03. Atual Formação:

a) () Graduação

b) () Especialista / Área _____

c) () Mestrado / Área _____

d) () Doutorado / Área _____

e) () Pós Doutorado / Área _____

04. Ano em que ingressou no exercício profissional? _____

05. Ano em que ingressou na Prefeitura Municipal de Florianópolis? _____

06. Em que projeto se encontra atualmente? Há quanto tempo? Em qual cargo?

07. Principais características das atividades realizadas:

-

08. Seu tipo de vínculo empregatício atualmente é:

() celetista () contrato temporário () prestação de serviço

() estatutário () outro especificar _____.

09. Qual sua renda enquanto assistente social da Prefeitura municipal de Florianópolis?

() até 3 salários mínimos () de 4 a 6 salários mínimos

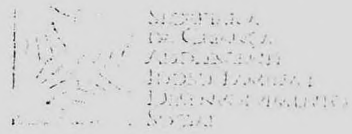
() de 7 a 9 salários mínimos () mais de 9 salários mínimos

ANEXOS

**ANEXO A – Folder do Projeto Sócio-Emergencial da SMCAIFDS da Prefeitura
Municipal de Florianópolis**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS
GERÊNCIA DA FAMÍLIA



PROJETO SÓCIO-EMERGENCIAL

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE CADASTRO:

- Certidão de Nascimento e/ou Carteira de Identidade de todas as pessoas que residem na casa;
- Comprovante de residência atual (2006);
- Comprovante de renda atual e/ou benefício (carteira de trabalho, contra-cheque ou extrato bancário);

Caso seja para algum dos benefícios abaixo relacionados, deverão trazer, além dos documentos relacionados acima, os seguintes documentos no dia do atendimento previamente agendado:

ÓCULOS: Todos os documentos relacionados acima, mais RECEITA MÉDICA DOS ÓCULOS – ATUAL;

CARTÃO TRATAMENTO SAÚDE: Todos os documentos relacionados acima, mais ENCAMINHAMENTO ESPECIFICANDO O TRATAMENTO E O NÚMERO DE VEZES QUE IRÁ REALIZAR O TRATAMENTO NO MÊS;

FRALDA: Todos os documentos relacionados acima, mais ATESTADO MÉDICO COLOCANDO A DOENÇA E A NECESSIDADE DO USO DE FRALDAS;

MEDICAMENTO: Todos os documentos relacionados acima, mais A RECEITA MÉDICA DO SUS ESPECIFICANDO O MEDICAMENTO SOLICITADO, COM DECLARAÇÃO, CARIMBO E ASSINATURA DO COORDENADOR DO POSTO DE SAÚDE E CARIMBO DA UNIDADE INFORMANDO QUE O REMÉDIO NÃO É FORNECIDO/PADRONIZADO PELO SUS.

PARA ATENDIMENTO DEVERÁ SER AGENDADO DE 2ª-FEIRA À 6ª - FEIRA
DAS 13:00 H ÀS 19:00 HORAS, PESSOALMENTE OU ATRAVÉS DOS
TELEFONES: 3251-6253 – 3251-6213

ANEXO B – CRAS Florianópolis

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS

paifcras@hotmail.com

♦ **COORDENACÃO/PAIF-CRAS – Localização: SMCAIFDS - Av. Mauro Ramos, 1277- Centro. Telefone: 3251-6205**

Marlene A. Dias – Coordenadora / dias.marlene@ig.com.br

♦ **CRAS-CENTRAL - Localização: Unidade Local de Saúde – Rua Silva Jardim, 171 – Prainha. Telefone: 3222-0148**

Débora Lis Trebien – Assistente Social / lis_trebien@yahoo.com.br

Dayane Royer Bion – Assistente Administrativa / davanerb@yahoo.com.br

Fernanda Fadel Lima – Psicóloga / fernanda_fadellima@hotmail.com

♦ **CRAS CONTINENTE II – Localização: Dom Orione- Rua Dib Cherem, 2698 – Capoeiras. Telefone: 3348-6237**

Maria Clara Brisolara – Assistente Social / clarasocial@yahoo.com.br

Maira L. S. Destri – Psicóloga / maira.destri@gmail.com

Kátia Soraya Gonçalo – Assistente Administrativa

♦ **CRAS-CONTINENTE I – Localização: Policlínica II – Estreito. Telefone: 3271-1716**

Vanda Magagnim Kair – Assistente Social / vandakair@yahoo.com.br

Emílio Brkanitch – Psicólogo / emilioobrck@matrix.com.br

Marli Lourdes Prado – Assistente Administrativa / marliprando@yahoo.com.br

♦ **CRAS-SUL - Localização: Rua Manoel Soares D'azevedo Maia, 351- Carianos Telefone: 3269-9419**

Jamille Gevaerd Lisboa – Assistente Social / jamillegl@yahoo.com.br

Fabiana Battisti – Psicóloga / fabianabattisti@hotmail.com

Walter José Correia Filho – Assistente Administrativo / wfcorreia@yahoo.com.br

♦ **CRAS-NORTE – Centro de Saúde de Canasvieiras- SC 401, Km 17- Canasvieiras Telefone: ~~3269-6902~~ 3369-0840**

Evelyn Fontoura – Assistente Social / evelynfontoura@hotmail.com

Maria Fernanda Cabral – Assistente Social / mandakabral_2005@yahoo.com.br

Clarissa Silva Rollin – Assistente Administrativa / clarissarollin@hotmail.com